



ACADEMIA MILITAR

As Campanhas Militares Portuguesas no Centro e Norte de Moçambique 1886-1916

Aspirante de Artilharia Márcio de Nino Lourenço Mangoele

Orientador: Coronel de Artilharia (Doutor) Vítor Marçal Lourenço

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, julho de 2015**



ACADEMIA MILITAR

As Campanhas Militares portuguesas no Centro e Norte de Moçambique 1886-1916

Aspirante de Artilharia Márcio de Nino Lourenço Mangoele

Orientador: Coronel de Artilharia (Doutor) Vítor Marçal Lourenço

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2015

Dedicatória

Aos meus pais por todo o apoio, carinho, amor
concedido e por todas as oportunidades que
proporcionaram à minha educação.

Agradecimentos

A realização do presente Trabalho de Investigação Aplicada contou com importantes apoios e incentivos, sem os quais não se teria tornado uma realidade, aos quais estarei eternamente grato.

Ao senhor Coronel de Artilharia (Doutor) Vítor Marçal Lourenço, por ter aceitado o convite para ser meu orientador, pelo total apoio, pela disponibilidade, pelo saber que transmitiu, pelas críticas e total colaboração no solucionar de dúvidas e problemas que foram surgindo ao longo da realização desta investigação e por todas as palavras de incentivo.

Ao senhor Tenente-Coronel Élio Santos, Diretor do Curso de Artilharia, pela celeridade e incondicional disponibilidade que sempre demonstrou e por todo o apoio prestado, que muito contribuiu para o enriquecimento da minha formação académica, científica e militar.

À senhora professora Olga Duarte, pelo auxílio na tradução do Resumo, pela amabilidade que sempre teve e pelo apoio prestado durante os anos de frequência na Academia Militar.

Aos meus pais Lourenço Manguale e Natércia Banze, por todo o apoio, carinho e amor prestado, pela constante presença em todos os momentos da minha vida e por todas as oportunidades que proporcionaram à minha educação.

Aos camaradas do curso General António Xavier Correia Barreto pela camaradagem, apoio e amizade prestados durante os cinco anos de formação na Academia Militar.

Aos funcionários da biblioteca da Academia Militar, em especial à Dona Paula Franco, pela simpatia, profissionalismo e total disponibilidade prestado no auxílio da pesquisa bibliográfica.

Aos funcionários do Arquivo Histórico Militar pelo apoio e atenção concedidos no acervo da vasta documentação daquela instituição.

Aos funcionários da Sociedade de Geografia de Lisboa pela ajuda prestada na consulta de documentos do acervo daquela instituição.

Aos Funcionários da biblioteca nacional pela cooperação no fornecimento de bibliografia.

Aos funcionários da biblioteca Palácio das Galveias pela atenção, apoio e simpatia concedidos.

Por último e não menos importante, aos meus camaradas António Auneto Nhamutole, Zico da Silva Cruz e João Paulo Melo pela amizade, pelo apoio e força concedidos.

A todos vós, Muito Obrigado!

Márcio de Nino L.Mangoele

Epígrafe

“É melhor morrer em combate do que
ver ultrajada a nossa nação”.

Winston Churchill (1941)

“Mal vão os Povos que não lembram os
seus heróis, porque estando a caminho
de esquecer a sua História, perderão em
breve a sua identidade”.

General Martins Barrento

Resumo

O presente Trabalho de Investigação Aplicada aborda uma investigação sobre “*As campanhas Militares Portuguesas no centro e norte de Moçambique 1886-1916*”. O trabalho enquadra-se na participação portuguesa no teatro de operações de Moçambique durante as campanhas militares de ocupação e pacificação do território.

Analisa-se também neste trabalho os acontecimentos relativos à fase inicial da Grande Guerra naquela colónia.

Com este trabalho pretende-se descrever a forma de atuação e organização das forças militares portuguesas de forma a contribuir para o conhecimento da história militar de Portugal e de Moçambique durante este período.

Para a elaboração deste trabalho, utilizou-se uma metodologia baseada na pesquisa e investigação histórica que teve por base a consulta e recolha de informação relacionada com a temática.

Do estudo efetuado conclui-se que, após a conferência de Berlim, Portugal teve que adotar novas medidas de ocupação e pacificação baseada no envio de guarnições militares para Moçambique.

Outro fator chave que garantiu a ocupação e pacificação de Moçambique foi a celebração de acordos com algumas potências europeias por parte de Portugal.

Nas regiões centro e norte de Moçambique as condições de terreno não eram favoráveis.

O tipo de inimigo, que utilizava táticas que se assemelhavam à guerrilha, obrigou as forças militares portuguesas a adotarem novas formas de utilização da tática do quadrado.

Quando eclodiu a Grande Guerra, Portugal enviou quatro destacamentos expedicionários para Moçambique. Estes destacamentos tinham como objetivo garantir a defesa da colónia contra as forças da África Oriental Alemã.

Palavras-Chave: Campanhas Militares; Moçambique; Portugal; Forças Militares, Pacificação.

Abstract

This research work focused on “The Portuguese military campaigns in central and northern Mozambique 1886-1916”.

The work explores the Portuguese participation in the theater of operations in Mozambique during the military campaigns of occupation and pacification of the territory, and it also analyzes the events related to the initial phase of World War I in that colony.

This study aims to describe the way of action and organization of the Portuguese Armed Forces in order to contribute to the knowledge of military history of Portugal and Mozambique during this period.

The methodology used for this analysis was based on historical research and collection of data related to the topic.

From this analysis it is concluded that after the Berlin Conference, Portugal had to take a different position based on the deployment of military troops to ensure the effective occupation of Mozambique.

To ensure the occupation of territory, Portugal not only highlighted military garrisons for the colony, as well as launched military campaigns and peacekeeping occupation of the territory.

Another key factor that ensured the occupation and pacification of Mozambique was the conclusion of agreements with some European powers by Portugal.

The type of enemy, who used tactics that resembled the guerrillas, forced the Portuguese military forces to adopt new ways of using the tactic of the square.

When World War I broke out, Portugal sent four military detachments to Mozambique. These detachments aimed to ensure the defense of the colony against the armed forces of German East Africa.

Keywords: Military Campaigns; Mozambique; Portugal; Military Forces, Peacemaking.

Índice Geral

Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Epígrafe	v
Resumo	vi
Abstract.....	vii
Índice Geral	viii
Índice de Figuras	xi
Lista de apêndices e anexos.....	xii
Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas	xiii
 Capítulo 1 - Enquadramento do TIA	 1
1.1. Introdução	1
1.2. Contextualização da Investigação.....	2
1.3. Importância da Investigação e Justificação da Escolha do Tema	2
1.4. Definição dos Objetivos da Investigação.....	3
1.5. Delimitação do Estudo.....	4
1.6. Pergunta de Partida e Perguntas Derivadas	5
1.7. Hipóteses.....	5
1.8. Orientação Metodológica.....	6
1.9. Estrutura do Trabalho e Síntese dos Capítulos	7
 Capítulo 2 – Enquadramento Histórico	 8
2.1. Introdução	8

2.2. A Conferência de Berlim e a Corrida Para África	8
2.3. A aliança portuguesa com outras potências europeias.....	11
2.3.1. Aliança entre Portugal e a Inglaterra.....	12
2.3.2. A Aliança entre Portugal e a Alemanha	13
2.3.4. Relação entre Portugal e os povos de Moçambique.....	15
2.4. O Ultimatum	16
2.5. Da Implantação da República à Grande Guerra	18
2.6. Síntese Conclusiva	20
 Capítulo 3 - Caraterização do Teatro de Operações de Moçambique	21
3.1. Introdução	21
3.2. Localização Geográfica de Moçambique	21
3.3. Etnologia de Moçambique	22
3.4. Organização Administrativa e Militar de Moçambique nos Finais do Século XIX	24
3.5. A Área de Operações do Centro e Norte de Moçambique	26
 Capítulo 4 - Campanhas Militares no centro e norte de Moçambique	28
4.1. Introdução	28
4.2. A Ocupação e Pacificação do Centro e Norte.....	28
4.3. Organização, Táticas e Técnicas Portuguesas	30
4.4. Organização, Táticas e técnicas dos povos do centro e norte de Moçambique ...	31
4.5. As Campanhas Militares Portuguesas no Centro e Norte de Moçambique	32
4.5.1. Campanhas Militares contra a BSAC.....	32
4.5.2. As Campanhas Militares no Prazo de Sena.....	33
4.5.3. As Campanhas Militares Portuguesas no Barué	34
4.5.4. Campanhas contra os Namarrais	35

4.5.5. As Campanhas do Niassa contra “Mataca”	37
4.6. Síntese Conclusiva	39
Capítulo 5 - O início da Grande Guerra em Moçambique	41
5.1. Introdução	41
5.2. O Início da Grande Guerra em Moçambique.....	41
5.3. Organização e atuação das forças Militares Alemãs.....	43
5.4. Organização das Forças Militares Portuguesas	45
5.5. Operações Militares Portuguesas no Início da Grande Guerra.....	48
5.6. Síntese Conclusiva	50
Capítulo 6 - Conclusões e Recomendações	52
6.1. Introdução	52
6.2. Verificação das Hipóteses e resposta às perguntas Derivadas.....	52
6.3. Resposta à Pergunta de Partida	54
6.4. Limitações da Investigação.....	55
6.5. Propostas e Sugestões	55
Fontes e Bibliografia.....	56
Apêndices.....	Ap-1
Anexos.....	An-1

Índice de Figuras

Figura nº 1 - Mapa Cor -de-Rosa.....	An-2
Figura nº 2 - Mapa de África antes da corrida para África.....	An-3
Figura nº 3 - Mapa de África após a Conferencia de Berlim.....	An-4
Figura nº 4 - Convite enviado aos oficiais monárquicos	An-5
Figura nº 5 - Carta de Moçambique em 1894.....	An-6
Figura nº 6 - Mapa da Etnografia de Moçambique no início do século XX.	An-7
Figura nº 7 - Esboço do Teatro de Operações do Barué.....	An-8
Figura nº 8 - Itinerário da expedição contra Mataka em 1899.....	An-9
Figura nº 9 - Esboço do quadrado no combate de Mujenga	An-10
Figura nº 10 - Esboço do Teatro de Operações das expedições de 1914- 1916	An-11

Lista de apêndices e anexos

Apêndices.....	Ap-1
Apêndice A - Aliança entre a Alemanha e a Inglaterra	Ap-2
Apêndice B - Biografia de protagonistas das campanhas de Moçambique.....	Ap-3
Apêndice C - Efemérides da Grande Guerra em Moçambique	Ap-6
Apêndice D - Declaração da Guerra.....	Ap-8
Anexos.....	An-1
Anexo A – Mapa Cor-de-Rosa	An-2
Anexo B - Mapa de África	An-3
Anexo C - Convite enviado aos oficiais do regime monárquico	An-5
Anexo D - Carta de Moçambique de 1894	An-6
Anexo E - Mapa Etnográfico de Moçambique nos finais do século XIX	An-7
Anexo F - Teatro de Operações do Barué	An-8
Anexo G - Dispositivo das Forças Militares Portuguesas no combate de Mujenga ..	An-9
Anexo - H Itinerário da Expedição do Niassa	An-10
Anexo I - Teatro de Operações do Norte de Moçambique.....	An-11

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

AHM	Arquivo Histórico Militar
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
AM	Academia Militar
AOA	África Oriental Alemã
AOP	África Oriental Portuguesa
APA	American Psychological Association (Associação Americana de Psicologia)
<i>apud</i>	Citado em
BSAC	British South África Company (Companhia Britânica da África do Sul)
CIDAC	Centro de Intervenção e Desenvolvimento Amílcar Cabral
Ed	Edição
EME	Estado-Maior do Exército
Et.al.	Et aliae (e outros-para pessoal)
GG	Grande Guerra
H	Hipótese
p.	Página
PD	Pergunta Derivada
PP	Pergunta de Partida
SGL	Sociedade de Geografia de Lisboa
s.d.	sem data
TIA.	Trabalho de Investigação Aplicada
TO	Teatro de Operações
Vol.	Volume

Capítulo 1

Enquadramento do TIA

1.1. Introdução

No âmbito dos cursos ministrados na Academia Militar (AM), surge o presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), subordinado ao tema “As Campanhas Militares Portuguesas no Centro e Norte de Moçambique 1886-1916” e que se enquadra na área de História Militar.

Este estudo insere-se na participação de Portugal no teatro de operações¹ (TO) de Moçambique² durante as primeiras campanhas militares conhecidas como “campanhas de pacificação” e a fase inicial da Grande Guerra (GG).

O trabalho tem como principal objetivo descrever e caraterizar a organização e a atuação das forças militares portuguesas no TO de Moçambique.

A necessidade de desenvolver e aumentar as suas pretensões no continente africano, levou as potências europeias a uma corrida para África. Essa corrida teve como ponto de partida a conferência de Berlim entre 1884 e 1885, cujo objetivo principal, entre outros, visava regular o direito internacional colonial, o estabelecimento de regras uniformes nas relações internacionais relativas à ocupação do continente africano e a definição das esferas de influência sobre as mesmas (Bacelar, 2000).

O presente capítulo faz o enquadramento da investigação e justificação do tema, define os objetivos da investigação, apresenta a pergunta de partida e as perguntas derivadas, assim como o modelo de investigação adotado. No final apresenta-se a síntese dos vários capítulos que compõem este trabalho.

¹ O Teatro de Operações é a parte do teatro de guerra necessária para a condução ou apoio das operações de combate (PDE 3-01-00).

² O termo Moçambique, dependendo da época à qual se está referindo pode aparecer nas fontes documentais com os seguintes significados: 1) província ultramarina portuguesa 2) distrito que passou a província depois da independência, situada no norte do país 3) ilha que, no distrito de mesmo nome era a sede da primeira colónia 4) essa mesma capital (até 1898 quando passou para Lourenço Marques); 5) companhia concessionária que administrou, de 1892 a 1942 os territórios de Manica e Sofala, mais o seu prolongamento a sul do Save (Pélissier, 2000a).

1.2. Contextualização da Investigação

A conferência de Berlim que decorreu entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, com a presença de vasto leque de países, muitos deles sem tradição africana, teve como resultado a partilha do continente africano e a imposição do conceito de que ao direito histórico se devia privilegiar a capacidade de se manter uma presença territorial efetiva (Bacelar, 2000).

Esta conferência foi seguida de uma ocupação sem precedentes do continente africano, com o objetivo de alargar os impérios europeus. Foi neste cenário que Portugal, como resposta aos resultados da conferência, fundou a Sociedade de Geografia de Lisboa e de imediato ocupou as suas colónias africanas, através de envio de guarnições militares (Bacelar, 2000).

Pretende-se com este trabalho descrever e caraterizar as ações das forças militares portuguesas naquele TO face às constantes ameaças quer da resistência dos povos locais, quer das potências europeias com interesses nas possessões portuguesas.

1.3. Importância da Investigação e Justificação da Escolha do Tema

O estudo da História constitui fonte de conhecimento da evolução humana, e das sociedades em particular. Para a compreensão da atualidade, sob ponto de vista político, económico e social, é importante a compreensão não só da origem dos povos e da sua história, como também é importante analisar a influência que os atores internacionais tiveram para a formação dos Estados.

Apesar da existência significativa de investigações sobre a história militar de Portugal, pouco se sabe sobre a organização das forças militares no TO africano (Pires, 1924).

No caso de Moçambique e no que ao presente trabalho diz respeito, a resistência à ocupação colonial ocorrida após a conferência de Berlim, constituiu uma séria dificuldade à fixação dos portugueses, e por conseguinte, “à ocupação colonial”. Deste modo não deixa de ser pertinente analisar as medidas tomadas pelas forças militares

portuguesas durante as “campanhas de pacificação³”, de forma a garantir a colónia de Moçambique. Procuramos também identificar as causas da entrada de Portugal na GG e a necessidade de defesa de Moçambique.

Portanto, para a realização do trabalho, além de obras de Selvagem (1931), Botelho (1936), Telo (2004), Péliissier (2000), Newitt (1997), Arrifes (2005) e de alguns artigos da revista militar, efetuámos uma pesquisa no Arquivo Histórico Militar (AHM), no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), no Centro de Investigação e Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC), para obter fontes que nos permitissem efetuar o estudo das campanhas.

O interesse em conhecer a história militar de “Moçambique”, em especial neste período pouco estudado, suscitou a escolha do tema.

1.4. Definição dos Objetivos da Investigação

Numa investigação existem dois objetivos: o objetivo geral e os objetivos específicos. Segundo Sousa e Baptista (2011, p.26), “o objectivo geral indica a principal intenção de um projecto, ou seja, corresponde ao produto final que o projeto quer atingir”. Os mesmos autores definiram objetivos específicos como sendo aqueles que permitem o acesso gradual e progressivo dos resultados finais.

Assim sendo, o objetivo geral desta investigação é caraterizar a organização e atuação das forças militares portuguesas em Moçambique durante as campanhas militares decorridas naquela colónia entre 1886 e 1916.

Os objetivos específicos da nossa investigação procuram identificar os seguintes aspetos:

- Identificar as causas da resistência à ocupação portuguesa na região centro e norte de Moçambique entre 1886-1916;
- Identificar que desafios, ao nível da organização e atuação, se colocaram às forças militares portuguesas nas regiões centro e norte de Moçambique;
- Caraterizar a organização e atuação dos povos da região centro e norte de Moçambique;

³ Campanhas Militares de Pacificação: foi a designação dada a um conjunto vasto de operações militares, de envergadura muito desigual, conduzidas nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX pelas forças militares portuguesas nas colónias africanas.

- Identificar e analisar a organização e atuação das forças militares alemãs no norte de Moçambique.

1.5.Delimitação do Estudo

A materialização do estudo depende da delimitação da abordagem. Conforme Fortin (2009, p.48) “antes da realização de qualquer investigação, é fundamental fazer a delimitação da abordagem, para que se delimite até um campo de interesse preciso. Esta precisão pode não requerer uma resposta imediata, mas deve ser circunscrita de forma a possibilitar a formulação de uma questão que suscite interesse”.

Na história de África jamais se sucederam tantas e tão rápidas mudanças como durante o período entre 1880 e 1935. As mudanças mais importantes, espetaculares e também mais trágicas, ocorreram num lapso de tempo bem mais curto, de 1880 a 1910. Este período foi marcado pela corrida das potências europeias para África com o objetivo de conquistar, ocupar e por fim instaurar o sistema colonial. A fase posterior a 1910 caracterizou-se essencialmente pela consolidação e exploração do sistema (Boahen, 2010).

Deste modo, para o estudo das campanhas militares portuguesas em Moçambique, limitámos a nossa investigação entre os anos de 1886 e 1916. Neste período destacamos três fases distintas:

A primeira fase, entre 1886 e 1910 que corresponde ao período da conquista, ocupação e pacificação. Nesta fase iremos incidir o nosso estudo nas medidas adotadas por Portugal por forma a garantir a ocupação e pacificação de Moçambique. Iremos analisar a resistência protagonizada pelos povos do centro e norte de Moçambique, assim como avaliar o impacto do Ultimatum Inglês neste país.

A segunda fase vai desde a instauração da República Portuguesa em 1910 até 1914. Nesta data em que teve início a Grande Guerra. Considerando este período, procuramos descrever as medidas tomadas pela administração militar portuguesa para a manutenção da colónia.

A terceira fase irá avaliar a participação das forças militares portuguesas no norte de Moçambique entre os anos de 1914 e 1916. Nesta fase analisaremos as medidas tomadas face às constantes ameaças de ocupação protagonizadas pelos alemães.

1.6. Pergunta de Partida e Perguntas Derivadas

Segundo Quivy & Campenhoudt (2013 p.31) “uma investigação é, por definição algo que se procura” e para que seja exequível tem que seguir um fio condutor através de uma pergunta de partida (PP).

Por sua vez “uma boa pergunta de partida abordará o estudo do que existe ou existiu, e não o que ainda não existe. Não visa prever o futuro, mas captar um campo de constrangimentos e de possibilidades, bem como os desafios que esse campo define” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p.42).

Assim formulou-se a seguinte pergunta de partida:

“De que forma se organizaram e atuaram as forças militares portuguesas no centro e norte de Moçambique durante o período das campanhas militares entre 1886-1916?”

De forma a dar resposta a esta pergunta foram elaboradas as seguintes perguntas derivadas (PD):

PD1: Qual era a organização e atuação das forças militares portuguesas no centro e norte de Moçambique entre 1886 e 1916?

PD2: Qual era a organização e atuação das forças militares alemãs no centro e norte de Moçambique durante esse período?

PD3: Qual era a organização e atuação das forças de resistência no centro e no norte de Moçambique?

PD4: Quais as razões que levaram Portugal a participar na Grande Guerra em Moçambique?

1.7. Hipóteses

“As hipóteses são uma resposta prévia ao problema proposto e, habitualmente são desenvolvidas com base em estudos anteriores de acordo com o tema escolhido” (Sousa & Baptista, 2011, p.27).

Tendo em conta as questões levantadas, surgem as seguintes hipóteses:

H1: As forças militares portuguesas no centro e norte de Moçambique, durante as campanhas militares, organizaram-se em batalhões, constituídos por militares europeus e africanos, que utilizavam a tática do quadrado.

H2: As forças militares alemãs no norte de Moçambique estavam organizadas em companhias compostas por militares europeus e africanos e atuavam como forças de guerrilha.

H3: As forças locais não tinham uma organização militar definida e atuavam como guerrilha utilizando a emboscada durante os combates.

H4: Portugal entrou na Grande Guerra para salvaguardar as suas colónias em África.

1.8. Orientação Metodológica

Para Sarmiento (2013, p.208) “A metodologia visa a descrição precisa do problema, dos métodos, das técnicas, dos instrumentos de pesquisa, dos materiais e dos equipamentos utilizados no trabalho”.

Portanto, para a realização deste trabalho deu-se importância às normas científicas e deontológicas da Academia Militar para a realização do trabalho de investigação, baseadas nas NEP⁴ 520/2.^a de 01 de junho de 2013. Nas situações que não venham esclarecidas nestas normas, recorrer-se-á às normas *American Psychological Association* [APA] (2014), referentes à 6.^a edição (ed.).

Para a realização deste Trabalho de Investigação Aplicada tivemos como base a análise documental de livros, revistas científicas, monografias e dissertações de mestrado, tendo como objetivo enquadrar e avaliar os acontecimentos no tempo e no espaço ligados ao tema em estudo.

Segundo Sarmiento (2013, p.7), “numa investigação pode ser utilizado mais do que um método”. Portanto, para a realização deste trabalho recorreremos aos seguintes métodos:

- **Método Histórico:** utilizado para analisar o desenvolvimento dos acontecimentos históricos numa forma cronológica.
- **Método hipotético dedutivo:** utilizado para dar resposta prévia às questões derivadas levantadas para a investigação.

⁴ NEP (Normas de Execução Permanente que regulam as normas de redação do TIA).

Ao longo do trabalho foi utilizada uma sequência cronológica, baseada numa narrativa histórica dos acontecimentos com vista a um estudo diacrónico⁵ e sincrónico⁶ das campanhas.

1.9. Estrutura do Trabalho e Síntese dos Capítulos

O presente TIA encontra-se dividido em seis Capítulos, desde o “Enquadramento Histórico” até ao capítulo das “Conclusões e Recomendações”.

O primeiro capítulo corresponde ao enquadramento do TIA. Tem por fim orientar e enquadrar a investigação, bem como justificar a pertinência do tema escolhido.

O segundo capítulo corresponde ao enquadramento histórico. Neste são descritos os antecedentes das campanhas militares, os fatores que contribuíram para a corrida para África, as principais alianças existentes entre Portugal e as potências europeias, assim como a aliança entre Portugal e os povos de Moçambique.

O terceiro capítulo caracteriza o TO de Moçambique. Neste capítulo faz-se o estudo da orografia, hidrografia e etnologia de Moçambique.

O quarto capítulo descreve as táticas e técnicas utilizadas pelas forças militares portuguesas e pelos povos das regiões centro e norte de Moçambique. Descrevemos neste capítulo algumas campanhas militares de ocupação e pacificação dos povos.

O quinto capítulo descreve os principais incidentes do início da Grande Guerra em Moçambique. Deste modo, apresentamos a organização das forças militares em confronto. É feita também a análise da atuação e organização das forças da África Oriental Alemã e das forças aliadas no início da grande guerra em Moçambique.

O sexto e último capítulo apresenta as respetivas conclusões respondendo às perguntas levantadas seguidas de recomendações e limitações encontradas para a realização do trabalho.

⁵ Diacronia implica a investigação através – ou ao longo- de um tempo dado, isto é, longitudinal (Mendes, 1993, p.161).

⁶ Sincronia pressupõe investigação num determinado tempo curto, ou seja, transversal ou em corte (*Berkhofe apud* Mendes, 1993, p.122).

Capítulo 2

Enquadramento Histórico

2.1. Introdução

Com este segundo capítulo, visamos desenvolver os principais acontecimentos na Europa e na Colónia de Moçambique nos finais do século XIX.

Para esse efeito, analisaremos de uma forma geral a conferência de Berlim⁷ tendo como incidência os principais atores internacionais que tiveram impacto direto na colónia portuguesa de Moçambique, apresentando as causas que motivaram a corrida para África⁸.

Efetuiremos um estudo acerca das relações existentes entre Portugal e as potências europeias que tinham as suas colónias nas proximidades de Moçambique.

Em seguida iremos apurar as causas e as consequências do Ultimatum Inglês, tanto a nível interno como externo na política portuguesa da época. A nível externo, viramos as atenções para os impactos deste em Moçambique.

Por fim analisaremos de que forma a administração portuguesa reagiu ao Ultimatum Inglês, dando relevância aos aspetos militares, fato que constituiu o objetivo do nosso trabalho.

2.2. A Conferência de Berlim e a Corrida Para África

A descoberta de África pelas potências europeias nos princípios do século XV provocou mudanças na Europa. Mas, essas mudanças só foram mais evidentes no século XIX com a redefinição das fronteiras políticas dos Estados europeus (Torres, 1968).

Outro fator que impulsionou a corrida para África na segunda metade do século XIX, foi o desenvolvimento industrial na Europa. Tomamos como exemplo o

⁷ A conferência de Berlim contou com a participação de representantes da Grã-Bretanha, França, Alemanha, Portugal, Holanda, Bélgica, Espanha e EUA, e estiveram presentes como observadores, diplomatas da Áustria-Hungria, Suécia-Noruega, Dinamarca, Itália, Turquia e Rússia (Coelho, 2014, p.368).

⁸ Vide Anexo A Mapa de África.

surgimento da máquina a vapor, que veio impulsionar o desenvolvimento dos transportes quer marítimos quer terrestres. Neste período assistiu-se ao emergir de novas potências e à consequente passagem de um mundo unipolar de hegemonia inglesa não contestada para multipolar, no qual a hegemonia inglesa passou a ser contestada (Telo 2004).

Com o desenvolvimento industrial aumentou a ambição de conquistar e expandir os territórios europeus em África, fato que levou as potências europeias a definirem regras de ocupação e de partilha de regiões africanas ainda não ocupadas, bem como a definição dos limites entre os territórios daquele continente por forma a evitar conflitos entre os Estados europeus (Bacelar 2000).

Como refere Coelho (2014, p.368) “... foram estas ambições que levaram o governo de Londres à tentação de se apoderar de alguns territórios portugueses como foi o caso da anexação de Bolama na Guiné e da baía de Lourenço Marques em Moçambique”.

Antes da conferência de Berlim, entre 12 e 14 de dezembro de 1876, deu-se a conferência Geográfica de Bruxelas convocada por Leopoldo II da Bélgica, sem a participação portuguesa, a qual para muitos historiadores representa o início efetivo da “partilha de África”. No entanto, esta conferência teve como objetivos a exploração científica de regiões desconhecidas de África e, entre outros, facilitar a abertura de vias que permitissem a penetração das potências europeias no interior do continente africano (Coelho, 2014).

Entretanto, o governo de Londres e de Lisboa assinaram o Tratado de Lourenço Marques em 30 de maio de 1878, com o objetivo de definir a sua área de influência em África estabelecendo os limites de Moçambique e a bacia do Zaire (Coelho, 2014).

Este tratado suscitou críticas por parte de alguns nacionalistas portugueses que não viam de bom grado as concessões feitas pela monarquia portuguesa à Inglaterra, nomeadamente a abertura de todos os rios navegáveis, todas as liberdades concedidas do comércio e trânsito e as facilidades dadas aos navios ingleses para a repressão do tráfico de escravos em Moçambique (Guevara, 2006).

Portanto, o Governo regenerador em 1882 sentiu a necessidade de retomar o acordo assinado com a Inglaterra, com o objetivo de discutir questões relacionadas com a liberdade do comércio no rio Zaire, garantir a manutenção da coroa portuguesa nos

territórios africanos e garantir os “direitos históricos”⁹ sobre as possessões portuguesas em África. Os dois países só chegaram a um acordo em fevereiro 1884 (Coelho, 2014).

De acordo com Coelho (2014, p.369), “a demora nas negociações permitiu à França e à Alemanha organizarem as oposições à sua ratificação até à realização da conferência de Berlim, entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885, sob a alçada de Otto Bismarck¹⁰ que aproveitava esta oportunidade para manifestar o “domínio Alemão” na diplomacia europeia e confirmar o seu papel de árbitro nas relações internacionais na Europa”.

A conferência, que teve a participação de 14 países, iniciou-se com o objetivo traçado por Bismarck de se contrapor ao tratado Luso-Britânico de 1884 (assinado, mas não ratificado). Com isto, a Alemanha evitava a repartição imediata da região do centro de África, deixando-a livre para o comércio de várias nações, sendo estes ideais apoiados pela França que assegurava para si o direito de preferência nesses territórios. Por conseguinte, constitui uma das questões iniciais da conferência, a liberdade de comércio e navegação da bacia do Zaire (Guevara, 2006).

Os países presentes na conferência definiram que toda a potência que adquirisse novos territórios em África contraía a obrigação de garantir uma ocupação efetiva (Selvagem, 1931).

Ao definir regras de ocupação efetiva dos territórios africanos, a conferência de Berlim resumiu-se, para África, a uma declaração de guerra entre os Estados europeus (Pélissier, 2000, p.140).

Respondendo aos resultados da conferência, “Portugal não só ocupou as colónias enviando viajantes e comerciantes, como também destacou guarnições militares com a missão de levantar redutos na zona mais Central de África” (Bacelar. 2000, p.31).

Portugal não tendo forças militares suficientes para garantir a ocupação efetiva, teve de adoptar medidas imediatas que garantissem a ocupação das suas pretensões em África. Desde logo celebrou tratados com outras potências e com os chefes locais. Com estes acordos Portugal conseguiu salvaguardar extensas áreas coloniais em África (Lamy, 2010).

⁹ Direitos Históricos eram os direitos que se baseavam na ideia de que, sendo o País o mais velho império em África, isso justificava a prioridade das suas pretensões no continente africano face às outras nações (Guevara, 2006 p.90).

¹⁰ Otto Von Bismarck (1815-1898) Político e primeiro-ministro da Prússia, principal fundador da unidade alemã.

Importa realçar que, na última década do século XIX, a presença portuguesa em Moçambique limitava-se a uma pequena faixa do litoral¹¹ e penetrava para o interior até a vila de Tete através do rio Zambeze.

“Por forma a garantir a continuidade de ocupação de Moçambique Portugal recorre às técnicas Inglesas, através da implementação do sistema de companhias concessionárias¹² dividindo o vasto território de Moçambique em três companhias: A companhia de Moçambique, a Companhia do Niassa e a companhia do Zambeze” (Telo, 2004, p.11).

2.3. A aliança portuguesa com outras potências europeias

Apesar do seu reduzido peso político internacional, antes da conferência de Berlim, Portugal mantinha grandes esperanças nos territórios africanos. Deste modo, tornou-se claro que Portugal deveria também definir uma nova política africana já que as crescentes presenças inglesa, francesa e alemã naquele continente, ameaçavam a tradicional hegemonia portuguesa nas regiões costeiras de Angola e Moçambique. (Lamy, 2010).

Conforme sustenta Coelho (2014, p.366), “com base no chamado direito histórico Portugal reclamava vastos territórios africanos, embora na época dominasse ainda o sistema de feitorias costeiras e pequeníssimas parcelas territoriais à volta das mesmas”.

Contudo, a partir de 1870, ficou claro que apenas o direito histórico não seria suficiente e que a presença portuguesa dependia do alargamento territorial para o interior e do correspondente controlo das possessões reclamadas. Assim, Portugal enviou algumas expedições militares entre 1885 e 1890, a fim de reclamar esses territórios, à luz do princípio da ocupação efetiva (Coelho, 2014).

¹¹ Vide Anexo A continente africano antes da conferência de Berlim onde ilustra as principais zonas de influência das potências europeias.

¹² Companhias concessionárias ou Majestáticas eram empresas internacionais privadas, com direito de cobrar taxas em dinheiro ou em trabalho dos africanos, importar e exportar, realizar comércio, criar e gerir grandes plantações, construir infra-estruturas, garantir a ordem e os serviços de comunicações. Em contrapartida pagavam taxa ao Governo.

Portugal, por forma a efetivar o sonho de ligar por terra as suas colónias de Angola e Moçambique, num ambicioso projeto que ficou conhecido como “mapa-cor-de-rosa”¹³, procurou desde cedo aliar-se a algumas potências europeias (Newitt, 1997).

2.3.1. Aliança entre Portugal e a Inglaterra

Segundo Almeida (2009, p.13) “A aliança entre Portugal e Inglaterra é a mais antiga do mundo, (...) o primeiro tratado foi assinado em 1386, do qual resultou a integração Portuguesa na guerra dos Cem Anos”.

Foi a partir do tratado de Whitehall¹⁴, em que os dois países se referem pela primeira vez às colónias africanas, no qual a Grã-Bretanha se comprometia a agir em auxílio da coroa portuguesa e defender todas as conquistas da coroa contra todos os seus inimigos tanto futuros como presentes (Almeida, 2009).

No entanto, esta aliança nem sempre foi harmoniosa. O esforço português da década de 1870, que tinha em vista materializar a ocupação efetiva das pretensões do Estado português em África, viria a pôr em causa a aliança. Em 1876 fundou-se a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL)¹⁵ sob alçada do Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Vicente du Bocage, que tinha o desejo de efetivar o projeto África meridional portuguesa, o famoso “mapa cor-de-rosa”, o velho sonho de ligar Angola a Moçambique (Coelho, 2014).

Este plano interferia com os interesses britânicos, na região central de África, de ligar a cidade sul-africana do Cabo à cidade egípcia do Cairo. Tal plano foi apontado como motivo para o Ultimatum Inglês de 11 de janeiro 1890 (Selvagem, 1931).

Na sequência destas tensões Portugal e a Inglaterra assinaram em Londres um tratado que sujeitava Portugal, a duras exigências. Entre essas exigências destacam-se a garantia de liberdade de navegação inglesa nos rios Zambeze e Chire e suas ramificações. Neste tratado Portugal perderia os distritos de Manica e Sofala mas, garantia ao abrigo da aliança, a defesa das suas colónias na região meridional de África (Almeida, 2009).

¹³ Vide Anexo B Mapa cor-de-rosa.

¹⁴ Assinado em 23 de junho de 1661 em Whitehall (Martins, 1945,p.516).

¹⁵ A Sociedade de Geografia de Lisboa constituía-se como instrumento de apoio à ocupação porque a partir da sua fundação efectuaram-se estudos e reconhecimentos nas regiões compreendidas entre Angola e Moçambique.

Com a crise financeira de 1890-91 que se fazia sentir, Portugal encetou novas negociações¹⁶ com Londres para a obtenção de um empréstimo, fornecendo em troca a garantia sobre as alfândegas coloniais. O empréstimo foi concedido pela Inglaterra e pela Alemanha em comum, uma vez que a Inglaterra não desejava a Alemanha como inimiga (Coelho, 2014).

Esta aliança entre os dois países permitiu que a Inglaterra tivesse um elevado poder político em Portugal, evitando que os poderes da península Ibérica (Portugal e Espanha) se aliassem de modo a pôr em risco os seus interesses sobre as rotas de acesso marítimo da região. Por sua vez, Portugal garantia com a aliança a manutenção da sua soberania e independência face às constantes ameaças de Espanha e de outras potências europeias, assim como a continuidade portuguesa nas colónias, uma vez que também ficavam ao abrigo da proteção Britânica (Almeida, 2009).

2.3.2. A Aliança entre Portugal e a Alemanha

De acordo com Coelho (2014 p.270), a seguir à conferência de Berlim, o império colonial alemão em África chegou a ser constituído por:

- África Oriental Alemã, que incluía os territórios do Tanganica (hoje parte continental da Tanzânia), o Ruanda-Urundi (atual Ruanda e Burundi) e o triângulo de Quionga (em Moçambique);
- Sudeste Africano Alemão, que compreendia a Namíbia e o sul da faixa Caprivi, no Botswana;
- África Ocidental Alemã, que integrava os Camarões e a Togalândia (hoje, o Gana e o Togo).

A conferência de Berlim tinha posto em causa os direitos históricos de Portugal, o que suscitou a busca de alianças para salvaguarda das suas conquistas em África.

Com consciência de que o projeto português de ligar Angola a Moçambique interferia com o projeto Inglês de ligar a cidade do Cabo ao Cairo, Portugal iniciou negociações com a França e com a Alemanha (Newitt, 1997).

¹⁶ Vide Apêndice A para melhor compreensão da aliança anglo-alemã e suas intenções sobre as possessões portuguesas em África.

Em maio de 1886 foi assinado um tratado franco-português¹⁷, que definia as fronteiras da Guiné e autorizava a cessão do rio Casamansa à França. A este tratado esperava Portugal anexar o seu projeto do mapa cor-de-rosa (Newitt, 1997).

Os franceses estavam preparados para reconhecer a Portugal o direito de exercer a sua influência soberana e civilizadora nos territórios que separam as possessões portuguesas de Angola e Moçambique, mas não se comprometia a reconhecer quaisquer fronteiras específicas. Porém, os franceses concordaram que o mapa cor-de-rosa poderia ser anexado ao tratado (Newitt, 1997).

Nesta sequência, Portugal assinou um acordo em tudo semelhante com a Alemanha. O objetivo de Portugal nestes acordos seria aproximar-se dos dois países, uma vez que poderiam auxiliá-lo a fazer frente às desmesuradas exigências britânicas a respeito da esfera de influência lusa em África (Guevara, 2006).

No entanto, em 30 de dezembro de 1886, Barros Gomes¹⁸ assinou uma convenção semelhante à assinada com a França, com a Alemanha, fixando-se as fronteiras setentrionais de Moçambique e a fronteira de Angola no Cunene (Newitt, 1997).

A fronteira norte de Moçambique foi estabelecida no rio Rovuma, muito embora os alemães pudessem adquirir o triângulo de Quionga¹⁹. Ao traçar a fronteira com Angola ao longo do rio Cunene, deixavam-se vastas extensões de terra no interior de Moçâmedes, onde se procedia ao comércio do marfim. Ao fazer concessões importantes à Alemanha, os portugueses alimentavam esperanças do reconhecimento das suas reivindicações em conformidade com o mapa cor-de-rosa, mas a Alemanha tal como a França, enquanto permitiam que o mapa fosse anexado ao tratado, limitavam-se a reconhecer genericamente os direitos de Portugal no interior, não especificando quaisquer fronteiras em concreto (Newitt, 1997). Conforme sustenta Gonzaga, (2011 p.7) “(...) esta convenção luso-alemã era considerada não só como um compromisso formal, mas também, uma garantia de sucesso do projecto português”.

¹⁷ Assinado em 12 de Maio de 1886 e que reconheciam a esfera de influência portuguesa entre Angola e Moçambique, assim como delimitavam a esfera de influência britânica na África Central. (Pélissier, 2000, p.141).

¹⁸ Henrique de Barros Gomes (1843-1898) foi um político Português ligado ao partido progressista, tendo sido ministro dos negócios estrangeiros e ministro da marinha e Ultramar.

¹⁹ Baía de Quionga ou triângulo de Quionga era uma área, junto ao rio Rovuma, que cobria uma zona fértil de cerca de 45000 hectares e era considerada de apreciável valor económico e militar (Martins, 1938).

2.3.4. Relação entre Portugal e os povos de Moçambique

Os povos de Moçambique, nos finais do século XIX, tinham relações com Portugal sobretudo do ponto de vista económico. Mas após a pacificação, essas relações passaram a ter também uma perspetiva política (G. A. dos Santos, 2007).

O Governo português iniciou os contactos políticos com os chefes locais através do envio de representantes em missões oficiais que, em nome da coroa, levavam alguns presentes da metrópole para junto dos chefes locais. O passo seguinte era a assinatura de um tratado de vassalagem²⁰, espécie de termo de compromisso que, naquele contexto histórico e geográfico, era padronizado por certos direitos e deveres entre os dois poderes envolvidos (A. V. Santos, 2007).

Por estes tratados, os chefes locais tornavam-se fiéis ao governo português e permitiam a circulação de representantes administrativos pelas suas terras.

Assim, comprometiam-se a não atacar outros chefes “vassalos” e a colaborar com os portugueses em caso de guerra.

Por sua vez, o governo da metrópole comprometia-se a fornecer serviços de segurança e proteção dos povos em situações de conflito ou de guerra entre os vários reinos vassalos.

Outra questão importante para explicar a razão da aliança entre portugueses e povos de Moçambique era a preservação da autonomia política, sobretudo num contexto de disputa pela hegemonia entre certos grupos ou linhagens. Neste contexto, o governo português incitava as sociedades africanas a desenvolver ações conflituosas e apoiava as forças em litígio fornecendo armas e munições a uma das partes caso houvesse confronto (Mattos, 2012).

Deste modo, “...o governo português aproveitava os tratados para cooptar para si as forças de guerra de chefes e xeques no centro e norte de Moçambique considerados “subordinados” na tentativa de minar a autonomia e a expansão política dos povos da região”²¹(Mattos, 2012, p.166).

²⁰ Tratado de Vassalagem eram instrumentos jurídicos que estabeleciam o domínio português sobre as chefias africanas e tentavam assegurar relações harmoniosas entre esses dois domínios (Santos, 2007, p.88).

²¹ Cfr. Biblioteca Nacional de Portugal (1872), *Boletim oficial do Governo-geral da província de Moçambique*.

2.4. O Ultimatum

De acordo com Marracho (2007 p.171), “o acontecimento designado por Ultimatum foi perspectivado segundo dois pontos de vista. Por um lado o da política externa salientando o conflito diplomático e as negociações bilaterais, entre Portugal e a Inglaterra, por outro lado, o da política interna, salientando o levantamento patriótico, a luta anti inglesa e antimonárquica beneficiando, assim o ideal republicano.”

Para uma melhor compreensão deste acontecimento no TO de Moçambique, limitar-nos-emos a uma análise do ponto de vista externo, julgando para tal pertinente apresentar alguns fatos importantes que estiveram na sua origem.

A partir de 1870 surgem novos princípios de ocupação de África. Emerge o princípio da ocupação efetiva, e com este princípio ficou claro que o direito histórico não era suficiente para materializar a ocupação efetiva do território português em África (Coelho, 2014).

“Confrontado com essa situação, Portugal criou em 1876 a Sociedade de Geografia de Lisboa com o objetivo de promover e auxiliar os reconhecimentos exploratórios no interior de África”(Coelho, 2014, p.366).

O ministro dos negócios estrangeiros, José Vicente Barbosa du Bocage, desejava efetivar com esta sociedade o projeto da África meridional portuguesa, “o famoso mapa cor-de-rosa”, com a consciência que esse plano de ligar Angola a Moçambique colidia com os interesses britânicos na África central, designadamente, com o projecto liderado por Cecil Rhodes, da construção de uma linha de caminho-de-ferro, ligando a cidade do Cabo (África do Sul) ao Cairo (Egipto) (Selvagem, 1931).

Deste modo, sob pretexto de adquirir reconhecimento das suas pretensões em África, os diplomatas portugueses conduziram uma série de negociações com a Alemanha e a França. Com a Alemanha estabeleceram a fronteira norte de Moçambique no Rovuma, admitindo que os alemães pudessem adquirir posteriormente a posseção do pequeno enclave a sul da foz do rio Rovuma (Newitt, 1997).

Parafraseando Newitt(1997), ao fazer concessões à Alemanha, Portugal alimentava a esperança de reconhecimento das suas reivindicações em conformidade com o mapa cor-de-rosa, mas a Alemanha tal como a França, enquanto permitiam que o mapa fosse anexado no tratado, limitavam-se a reconhecer genericamente os direitos do governo Português no interior, mas não especificavam quaisquer fronteiras em concreto.

Enquanto Portugal assinava acordos com a França e com a Alemanha Portugal não assinava qualquer tratado com a Inglaterra.

Portanto, a Grã-Bretanha deixou bem claro que o projeto português não era aceitável, reiterando a sua reivindicação através dos tratados de Berlim, alegando que só a ocupação de fato constituía o direito internacional ao território (Coelho, 2014).

Em outubro de 1887, foram avançadas algumas propostas informais pelo ministro britânico em Lisboa no sentido de reconhecer o Zambeze como fronteira setentrional da esfera dos interesses da Grã-Bretanha (Abecassis, 2014).

Portugal começa a ocupar militarmente as regiões do vale do Chire, enviando uma expedição comandada por Serpa Pinto. Em agosto de 1889, o vice-cônsul britânico declarou que os macololos, povos do vale do Chire, ficavam sob protecção britânica. Portugal tenta ganhar tempo submetendo militarmente os macololos (Selvagem, 1931).

Estas ações foram consideradas pelo governo britânico causas de guerra.

A Grã-Bretanha concentra forças navais em pontos estratégicos da costa africana. Em Janeiro de 1890, o ministro dos negócios estrangeiros britânico preparou um extenso memorando sobre a má conduta dos portugueses (EME, 1970).

“Em 11 de janeiro de 1890, Salisbury apresentou aos portugueses o Ultimatum. Perante estes acontecimentos Portugal cede, e dá-se o fim do velho sonho de ligar Angola à Moçambique” (Newitt, 1997, p.306).

A reação portuguesa imediata ao Ultimatum foi procurar o apoio das outras potências europeias para um processo de arbitragem, fato que desde logo foi recusado por Salisbury. Tendo falhado a arbitragem Portugal tentou manter vivas as suas aspirações a um prolongamento contínuo do território, através da África, e propôs em maio a criação de um setor entre Angola e Moçambique que fosse administrado conjuntamente pela Grã-Bretanha e por Portugal (Newitt, 1997).

Essa proposta foi recusada pelo governo britânico que estava sob pressão da BSAC, de Cecil Rhodes²², que se preparava para ocupar o território que lhe fora concedido. Em 20 de agosto de 1890, foi assinado um tratado entre Portugal e a Grã-Bretanha. Para a Grã-Bretanha ficariam as terras altas do Chire e a alta savana dos Machonas. Para Portugal ficariam as terras altas de Manica e Zumbo, ficando reconhecido como o ponto mais ocidental da influência portuguesa o rio Zambeze (Newitt, 1997).

²² Cecil John Rhodes Cecil John Rhodes empresário magnata do ouro e diamantes na África do sul tendo sido sexto primeiro-Ministro da colónia do Cabo

2.5. Da Implantação da República à Grande Guerra

No início da década de 90 do século XIX até à queda da monarquia, os olhares convergem para os militares de quem se volta a esperar uma intervenção política ativa e forte. A politização do exército é nesta época uma realidade, sendo que, dum lado estão os oficiais e do outro lado os sargentos e as praças (Museu Militar do Porto [MMP], 2006).

Essa divisão deve-se ao fato do descontentamento destes últimos, dando assim um estímulo aos ideais republicanos nos quartéis, impondo-se às fragilidades políticas de uma monarquia encurralada entre a ameaça britânica sobre as colónias africanas e o agravamento dos problemas sociais, económicos e financeiros do país. Estes e outros fatores levaram à proclamação da República Portuguesa em 5 de outubro de 1910, situação que desde logo levou a uma crise política tanto a nível interno, como a nível externo ([MMP], 2006).

A implantação da república criou um clima de enorme instabilidade política e social na maioria das instituições nacionais (C. L. da S. Ferreira, 2014).

Com a implantação da república veio o decreto “reorganização do exército” de 25 de maio de 1911 (Matos, 2003), procedendo-se à reestruturação do exército em moldes republicanos à imagem do exército Suíço, competindo-lhes três missões fundamentais: assegurar a soberania nacional, garantir a pacificação, a ordem e a paz nos territórios ultramarinos e apoiar a política externa do Estado (Lousada, 2010).

No que respeita ao nível externo, a questão das colónias africanas ainda estava por resolver, cabendo ao novo governo a reorganização política e militar das colónias (Oliveira, 1993).

Para os territórios ultramarinos, os republicanos adotaram políticas semelhantes às do regime monárquico. As atividades militar e civil de pacificação mantiveram-se intensas, tanto por comportamentos tradicionais de certas etnias, como pela reação protagonizada pelas monarquias europeias após o triunfo do regime republicano português (Oliveira, 1993).

Segundo Oliveira (1993 p.97), “o governo provisório submeteu as Forças Armadas a profundas transformações. Foram tomadas medidas de administração de pessoal sobretudo em relação aos chefes militares, abrangendo tanto os que lutavam

pela revolução como os que contrariavam ou tomavam atitude passiva quanto á implantação da República”.

No próprio dia da revolução, o governo convidou os oficiais que não tinham tomado parte na revolução a apresentarem-se²³ nos seus quartéis e estabelecimentos, e a declarar lealdade à República (Oliveira, 1993).

Os oficiais aderiram em massa e nos três dias a seguir ao 5 de outubro, 36 dos 48 oficiais do Estado-Maior e 554 dos 1163 oficiais de infantaria entregaram declarações escritas de lealdade ao novo regime. Foram demitidos 45 oficiais do exército e 6 constituíram-se desertores, sendo a maioria capitães e subalternos (Oliveira, 1994, P.112).

Este novo exército tinha como missão assegurar a soberania nacional e garantir a pacificação e a paz nos territórios ultramarinos (Lousada, 2010).

Para o ultramar, em 18 de agosto de 1911 foi assinado um decreto de organização de dois destacamentos mistos de tropas de infantaria, artilharia e cavalaria, com efetivo de cerca de 16.000 homens, sob o comando de Alves Roçada e Massano de Amorim, para reforçarem as guarnições de Angola e de Moçambique (Martins, 1938).

Nesta altura em que o instrumento militar da república iniciou a sua modernização, era constituído por quadros permanentes e praças de pré.

Alguns já tinham participado em algumas campanhas de afirmação de soberania, nas diferentes parcelas do império africano português.

A Alemanha tentou fazer valer as suas pretensões sobre as colónias Portuguesas em África. Mais tarde, em 1912, o sonho alemão ganhou força quando o ministro Lachnowsky em Londres negociou com o ministro dos negócios estrangeiros britânico, um pacto sobre a divisão entre os dois países, das colónias portuguesas (Abecassis, 2014).

Portugal entrou na GG em África ao lado dos seus aliados ingleses como forma de garantir dois objetivos: primeiro, a garantia de manter o seu império africano em Angola e em Moçambique; segundo, a segurança contra as tentações britânicas de utilizar as colónias portuguesas como moeda de troca nas negociações de paz²⁴ e de assegurar a sua posição na Sociedade Europeia e Mundial como país independente no pós-guerra (J. M. Ferreira, 1992).

²³ Vide anexo C convite aos oficiais para a apresentação.

²⁴ Conferência organizada em janeiro de 1919, na cidade francesa de Versalhes, na qua as potências triunfantes da Grande Guerra, se reuniram para negociar o tratado de paz que tinha como principal objetivo a criação de uma organização internacional, para assegurar a paz mundial

2.6. Síntese Conclusiva

A segunda metade do século XIX e o começo do século XX caracterizaram-se essencialmente por uma intensa atividade diplomática das potências europeias, destinada a manter e a alargar os seus territórios em África. Neste período, o mundo é caracterizado pela passagem de um sistema internacional unipolar, de hegemonia inglesa não contestada, para a um sistema internacional multipolar, onde a hegemonia inglesa passa a ser contestada (Telo, 2004).

A conferência de Berlim, que teve como resultado a consagração do princípio de ocupação efetiva, levou os países europeus a uma corrida para África sem precedentes.

Portugal, sendo um dos países participantes da conferência, via desde logo os seus direitos históricos ameaçados, pois não tinha efetivos para garantir a ocupação efetiva das suas pretensões em África. Como tal, procurou soluções alternativas para garantir os seus territórios africanos, celebrando acordos com a Alemanha e a França (Newitt, 1997).

Os acordos assinados com aqueles países tinham como objetivo obter reconhecimento dos projetos portugueses em África. Esses acordos foram celebrados deixando de lado a sua “velha aliada” Inglaterra, fato que, segundo alguns historiadores, constituiu uma das causas do Ultimatum Inglês de 1890.

Com o Ultimatum Inglês de 11 de janeiro de 1890, a crise política Portuguesa agrava-se provocando violentos protestos, o que causou a queda do regime monárquico em 5 de Outubro de 1910. No entanto, após a implantação do regime republicano em Portugal, os seus dirigentes procuraram manter a administração dos territórios ultramarinos, como já vinha sendo desenvolvida pelo regime monárquico (Oliveira, 1993).

Em suma, foi diplomaticamente, que no período entre 1886 até o início da GG, o Governo português conseguiu manter a posse dos seus territórios africanos, face às constantes ameaças da Alemanha e da Inglaterra.

Capítulo 3

Caraterização do Teatro de Operações de Moçambique

3.1. Introdução

Moçambique²⁵, conhecido na época como província ultramarina portuguesa ou África Oriental Portuguesa (AOP), é um país da África Austral, tendo sido colónia portuguesa durante quase cinco séculos (Lourenço, Valente, Moniz, Ferraz, & Machado, 1943).

Para o estudo das campanhas militares portuguesas na colónia de Moçambique durante o período entre 1886 e 1916, torna-se indispensável enquadrar, ainda que de uma forma geral, a sua divisão administrativa da época para que possamos definir de uma forma clara o nosso objeto de estudo, que são os TO do centro e norte de Moçambique.

Não sendo objetivo deste trabalho o estudo da morfologia e etnologia, não deixa de ser pertinente o estudo destes fatores para a compreensão das principais zonas de ação das forças militares portuguesas.

Neste capítulo procuramos identificar a localização geográfica de Moçambique, descrever a sua orografia, hidrografia e seus principais grupos étnicos, bem como a sua organização administrativa e militar e por fim caraterizar o TO.

3.2. Localização Geográfica de Moçambique

A província ultramarina de Moçambique fica situada na costa oriental do continente africano, tendo como longitudes extremas 40°52` e 30° 13`este Greenwich e as latitudes extremas de 10°28`e 26°51` de latitude sul. As fronteiras da província de Moçambique foram traçadas pelo tratado de 28 de Janeiro de 1891 (Lourenço et al., 1943).

²⁵ Vide Anexo D Mapa de Moçambique e as suas fronteiras.

De acordo com (Lourenço et al., 1943) a província de Moçambique confina:

A norte, com os antigos territórios da África Oriental Alemã (AOA), a leste com o Oceano Índico (canal de Moçambique), a oeste partindo de norte para sul, com o lago Niassa, numa extensão de 230 km, em seguida com o protetorado da Niassalândia (Malawi), a oeste com a Rodésia do Norte (Zâmbia) e a Rodésia do Sul (Zimbabwe), a sudoeste com o Botswana, a sul com república da África do Sul e com o reino da Swazilândia.

Pelo tratado de 1891, a fronteira terrestre é definida da seguinte maneira:

A norte pelo rio Rovuma, desde a foz do rio até ao lago Niassa, sendo que a oeste a sua fronteira é materializada desde o limite do lago Niassa até ao paralelo 13° 30' de latitude sul.

A sul o limite é definido pelo curso do rio Maputo até a confluência do Pongola, seguindo depois o paralelo deste ponto e alcançando o Oceano Índico na ponta ou monte de Ouro.

A este o oceano índico (canal de Moçambique), desde a ponta de Ouro até à foz do rio Rovuma.

A sua fronteira marítima é de aproximadamente 2.450 Km, quase o triplo da fronteira marítima de Portugal continental. A parte norte do rio Zambeze é duma maneira geral recortada e acidentada, resultando deste modo a abundância de bons portos na região.

A parte sul do rio é mais baixa, arenosa e com muitas dunas, resultando uma deficiência de bons portos na região mais a sul deste rio exceptuando-se Lourenço Marques localizado mais a sul Porto Amélia (Pemba).

De norte para sul da província temos os seguintes portos: Quionga e Rovuma, porto Amélia, (Pemba), o porto natural de Nacala, porto da Beira, porto de Inhambane e o porto de Lourenço Marques.

3.3. Etnologia de Moçambique

Procuramos neste subcapítulo enquadrar a organização étnica²⁶ de Moçambique nos finais do século XIX, de forma a orientar melhor o nosso estudo e facilitar a sua compreensão.

²⁶Vide Anexo E Mapa da distribuição étnica de Moçambique.

Pélissier (2000, p.36), classifica os grupos étnicos de Moçambique em:

- TSONGAS (e não Thongas, Tongas, etc.), a grande etnia de múltiplas componentes que ocupa a região sul do Save;
- BITONGAS, a uma pequena etnia que ocupa a província de Inhambane no sul de Moçambique;
- TONGAS, a um subgrupo da etnia CHONA na margem leste do rio Zambeze;
- ANGUNES (Vangune; Angonis; Ngoni, Nguni, etc.), diferentes grupos resultantes das invasões Zulos no início do século XIX. Desta etnia faziam parte os Vátuas²⁷ de Gungunhane.

Com esta classificação resta-nos clarificar as etnias que interessam para a realização do nosso trabalho, que numa primeira leitura não se podem identificar segundo a classificação de Pélissier.

A região norte de Moçambique compreende a zona que vai desde o rio Rovuma até à margem norte do rio Zambeze. Nesta região podem-se identificar quatro etnias que resistiram à ocupação colonial portuguesa na época, dos quais se destacam: os Suaílis, que ocupavam as feitorias costeiras entre Quionga e Quelimane; os macuas-Lomués, que constituíam a etnia mais numerosa de Moçambique, mas também a mais dividida; os Macondes, situados no planalto do Rovuma são os menos numerosos na região mas seriam os que mais resistência ofereceram à ocupação colonial portuguesa. Os Ajauas que se destacavam mais pela sua ligação ao Islão (Lourenço et al., 1943, p.63).

A região centro é a região com uma diversidade étnica enorme, destacando-se os maraves e os angunis que ocupavam maioritariamente a região do Zambeze, na região fronteira com o Malawi e os Chonas, os primeiros povos a entrar em contacto com os portugueses na província ultramarina, sofrendo a invasão dos angunis no início do século XIX (Lourenço et al., 1943).

²⁷ Vátuas é o termo tradicional português para designar os povos que dominavam o reino de Gaza (Telo, 2004 p.96).

3.4. Organização Administrativa e Militar de Moçambique nos Finais do Século XIX

Segundo (Lourenço et al., 1943), entre 1869 e 1891 vigorou uma notável organização administrativa e militar na colónia, e que teve como impulsionador o Ministro do Ultramar Rebelo da Silva. Este ministro determinou que se nomeassem comissões nos diferentes distritos para “descodificarem” os usos e costumes dos povos locais.

Os distritos eram governados, a nível civil e militar, por um governador. A este governador estavam subordinados os comandos militares²⁸, que eram autoridades militares com atribuição administrativas e por vezes judiciais (Lourenço et al., 1943).

Devido às constantes e acentuadas ameaças das outras potências europeias na região, o governo português formulou em 1899 uma nova política de administração da colónia, da qual se destaca a alienação de grande parte de Moçambique às companhias concessionárias (Newitt, 1997, p.325).

Criou-se o distrito de Zumbo e a intendência geral dos negócios internos com seis subintendências subordinadas, com sede em Bilene, Mossuril, Manica e no alto Save.

Com a definição das fronteiras de Moçambique em 1891 e o arrendamento de grande parte do território a duas sociedades particulares, a companhia de Moçambique e a Companhia do Niassa, a organização sofreu profundas alterações.

Newitt (1997, p.339) refere que, uma vez terminada a crise do Ultimatum, foram tomadas medidas para modernizar e fortalecer a administração colonial portuguesa em Moçambique. Com efeito, o governo Português enviou António Enes²⁹ a fim de recomendar a necessidade de mudanças administrativas. Moçambique passou a ter duas províncias separadas pelo rio Zambeze, chamadas Moçambique na margem norte e Lourenço Marques na margem sul.

Cada província estava dividida em distritos, sendo que a província de Moçambique tinha como distritos Cabo Delgado, o distrito de Moçambique bem como

²⁸ Comandos Militares eram Núcleos de forças militares, sob dependência de um graduado, geralmente estabelecidos em sítios fortificados por obras de construção ligeira (Botelho, 1936, p.81).

²⁹ Vide Apêndice B Biografia dos protagonistas das campanhas de Moçambique.

o distrito da Zambézia. Quanto à província de Lourenço Marques, tinha como distritos Inhambane, Gaza, Manica e Sofala, estes últimos coincidentes com a companhia de Moçambique. Cada província tinha o seu governador, presidindo a toda a administração e um comissário Régio que residia alternadamente nas duas capitais (Lourenço et al., 1943, p.339).

No que respeita a administração militar, Botelho (1936) afirma que o ministro Rebelo da Silva determinou que se formassem guarnições em toda colónia. Estas guarnições seriam constituídas por praças recrutados internamente nas colónias e por praças europeias³⁰. Foram criados também os comandos militares, que foram aumentando com o domínio efetivo de Moçambique organizando-se a par das militares, as circunscrições civis, como divisões administrativas, subordinadas aos governadores do distrito.

Até ao ano de 1890 existiam na colónia cerca de 23 postos e comandos militares ,mas as concessões de 1891 obrigaram o Governo a uma nova organização militar adequada à nova situação. Os cinco batalhões existentes foram reduzidos a três companhias e tinham quartéis permanentes (Botelho, 1936).

Em 1892 o governo português decreta a necessidade de formação de um exército nos territórios ultramarinos de Angola e Moçambique, semelhante ao da metrópole, com o objetivo de garantir a integridade das colónias e proteger as atividades económicas (Arrifes, 2004).

Em 1895 as operações vitoriosas sobre o Império dos Vátuas no sul levaram a uma nova remodelação na administração militar portuguesa. Criou-se o distrito militar de Tete, o qual continha os antigos distritos da Zambézia, Tete e Zumbo, bem como o Barué, territórios que pertenciam à companhia de Moçambique. No sul, para o distrito de Gaza, foi nomeado chefe Mouzinho de Albuquerque (Lourenço et al., 1943).

Em 1907 houve nova remodelação, ficando toda a colónia dividida nos distritos de Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Tete e Moçambique, extinguindo-se o distrito de Gaza cujos territórios ficaram repartidos pelos distritos de Lourenço Marques e Inhambane. Criaram-se também os serviços relativos à administração militar do Exército e da Marinha, sob a direção do quartel-general das forças do Exército e da Marinha, respetivamente (Lourenço et al., 1943).

³⁰ As praças europeias haviam de ser obtidas por recrutamento voluntário, de quatro em quatro anos quer de soldados da metrópole, quer pelas praças do depósito disciplinar obrigados ao serviço do ultramar.

Os serviços do exército tinham a sua sede em Lourenço Marques e tinham um comandante militar do Exército com patente superior a Coronel, tendo sob as suas ordens, para a direcção dos serviços do quartel-general, um oficial Superior do Estado-Maior (EM), designado Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME).

O quartel-general era composto por um Chefe de Estado-Maior (CEM), subchefe de EM, pessoal que presta serviço ao quartel-general e os chefes ou diretores dos serviços. O quartel-general era formado por três repartições sendo cada repartição composta por três secções.

Quanto aos serviços da Marinha eram exercidos pelo departamento marítimo sediado em Lourenço Marques. Este departamento compreendia serviços de capitania dos portos e delegações marítimas, serviços de controlo da pesca, bem como serviços de meteorologia, oceanografia, hidrografia, pilotagem e balizagem.

Nesta nova organização as forças militares ocupavam regiões estratégicas, donde melhor podiam atuar em auxílio dos comandos militares.

3.5. A Área de Operações do Centro e Norte de Moçambique

Durante as campanhas de pacificação e ocupação, o terreno das regiões centro e norte de Moçambique exerceu influência profunda na conduta das operações pela sua natureza, característica do relevo e densa arborização, alguma de grande porte. A existência de floresta densa dificultava a segurança das tropas, limitava os campos de observação e consequentemente de tiro (Botelho, 1936).

Diferente da forma de atuação na região sul de Moçambique, no centro e norte a artilharia apenas exercia apoio em situações específicas. O alto capim dificultava a progressão das colunas e limitava a observação e execução do tiro, mas favorecia a aproximação por surpresa (Lourenço et al., 1943).

As regiões centro e norte representavam os possíveis pontos de entrada de outras potências para o interior da colónia. No centro a Grã-Bretanha, com ameaças constantes, e na margem norte do Rovuma a Alemanha, que aí tinha a sua colónia a AOA.

A região centro de Moçambique compreende a margem norte do rio Save e prolonga-se até a região da província da Zambézia. As principais campanhas travadas nesta região foram contra a BSAC na região do Chire. Após a pacificação do sul de

Moçambique, foram levadas a cabo campanhas de ocupação e pacificação nos distritos do Barué, Chire e Maganja da Costa (Lourenço et al., 1943).

A região norte de Moçambique compreende a zona do país que vai desde a margem norte do rio Zambeze até ao rio Rovuma. Esta região abrange toda a companhia do Niassa.

As campanhas militares no norte de Moçambique foram levadas a cabo pelo então Governador do distrito de Moçambique, Mouzinho de Albuquerque, na tentativa de continuar a ocupação e pacificação do território (Botelho, 1936).

A estação das chuvas vai de Outubro a Abril, com altas temperaturas, acentuadas variações térmicas diurnas e noturnas, e elevado índice de humidade. A natureza insalubre do clima foi um inconveniente para as tropas, nomeadamente as metropolitanas, podendo-se afirmar que as doenças do sono, paludismo e intestinais foram causadoras de baixas em quantidades significativas, conseguindo por vezes inutilizar unidades inteiras. A época seca entre maio e outubro era o período aconselhável e adequado para a realização de manobras militares na região norte, desde que se usufruísse de água, que era considerado um recurso prioritário e decisivo para a condução das operações (Rita, 2013).

Durante as campanhas da GG, o TO limitava-se à região do rio Rovuma. Este rio da fronteira norte de Moçambique é caudaloso na época das chuvas, mas na estação seca oferece numerosos vaus e navegabilidade diminuta, o que fazia com que os navios portugueses de abastecimento não conseguissem entrar muito para o interior do rio (Oliveira, 1994).

Deste modo as campanhas militares nestas regiões eram efetuadas em fases anuais. A época das chuvas paralisava as forças adversas, não só por tornar impraticáveis os caminhos, como ainda exigir um trabalho de reorganização.

Capítulo 4

Campanhas Militares no centro e norte de Moçambique

4.1. Introdução

Na ocupação efetiva da região centro e norte de Moçambique, os portugueses tiveram que defrontar povos, ciosos da sua independência e determinados a resistir, o que exigiu uma atividade militar por vezes prolongada (Pélissier, 2000).

Essa resistência dos povos das regiões desta colónia constitui um dos capítulos menos conhecidos da história moçambicana, mas tornam-se relevantes para avaliar as medidas tomadas pela administração militar portuguesa da época para fazer face à resistência.

As campanhas de ocupação e pacificação das duas regiões enquadram-se na tentativa de continuação da afirmação do domínio colonial português em Moçambique, após a pacificação e ocupação da região sul.

O presente capítulo apresenta as causas e a descrição das principais campanhas militares portuguesas.

Apresentam-se a organização, as táticas e as técnicas utilizadas pelas forças militares portuguesas e pelos povos de Moçambique durante este período de ocupação e pacificação.

Na parte final, descrevemos algumas campanhas militares ocorridas nas duas regiões de Moçambique e apresentamos uma síntese conclusiva.

4.2. A Ocupação e Pacificação do Centro e Norte

O plano de Mouzinho de Albuquerque para ocupação e pacificação da região norte consistia na submissão dos régulos que se julgavam independentes. Uma vez submetidos os régulos, proceder-se-ia a uma ocupação militar baseada no estabelecimento de comandos militares fortificados e guarnecidos por forma a não só

defender-se como também exercer a partir destes a missão civilizadora numa área relativamente grande (Botelho, 1936).

Para efetivar o plano, Mouzinho começou pelos namarrais em 1896, depois da pacificação da região sul em 1895. Neste plano, Mouzinho tinha como prioridades, como refere Pélissier,(2000, p.258), “segurar o litoral e ampliar a ocupação por faixas (...),instalando postos militares e tomando três capitánias-mores”.

Tendo estabelecido as capitánias, Mouzinho estabeleceria postos fortificados que servissem de base para o estabelecimento de outras capitánias cada vez mais avançadas.

Nas campanhas militares dos finais do século XIX e inícios do século XX assistiu-se, sob perspetiva europeia, à realização duma partilha baseada em mapas e por fim ao envio de tropas destinadas a concretizá-la. Após a ocupação efetiva seguiu-se a introdução de medidas administrativas, destacando-se a implementação de impostos (Boahen, 2010).

Na perspetiva africana, a resistência era um método pelo qual os chefes locais lutavam para manter e recuperar a soberania, seu património e a sua cultura (Boahen, 2010).

A resistência dos povos do centro e norte de Moçambique surge como resposta ao envio de forças militares portuguesas para garantir a ocupação efetiva. Essa resistência dos povos teve como objetivo “manter a preservação da autonomia política, ameaçada pelas iniciativas de ocupação territorial e pela instituição de mecanismos coloniais, como o controlo do comércio e da produção agrícola e a cobrança de impostos” (Mattos, 2012).

Para a resistência, os povos dessas regiões estavam organizados em coligações que envolviam toda a região norte de Moçambique e tinham como bases as trocas comerciais, culturais e religiosas (Mattos, 2012).

As táticas utilizadas pelas forças resistentes nestas duas regiões diferiam das táticas utilizadas no sul, fato que dificultava o emprego da tática do quadrado. Estes fatores obrigaram as forças militares portuguesas a “adoptarem” novas formas de emprego tático (Serra, 1983).

Na região Norte destacam-se os macondes, namarrais e os povos de Angoche, povos que deram forte resistência à presença portuguesa. A região centro de Moçambique compreende a margem norte do Save até a província da Zambézia, onde se destacavam os povos de Barué (Pélissier, 2000a).

4.3. Organização, Táticas e Técnicas Portuguesas

Depois do Ultimatum Inglês, intensifica-se a atividade militar portuguesa em África. Entre 1894 e 1901 são enviadas para Moçambique 12 destacamentos expedicionários, onde participaram cerca de 7000 militares. Não há números exatos sobre os militares que integraram as expedições de pacificação, mas estima-se que o império enviou em média cerca de 60 oficiais do exército e 20 da armada entre 1894 e 1910, o que significou que cerca de um terço do corpo de oficiais permanente passou por África (Telo, 2004).

As táticas portuguesas durante as campanhas de pacificação e ocupação do território eram inspiradas nas táticas inglesas da guerra anglo-zulu. O princípio básico era simples: “As tropas regulares quer em marcha quer em estacionamento, devem estar sempre prontas para receber o inimigo, qualquer que seja a direção em que ele se apresenta”(Telo, 2004, p.29).

Este princípio visava aproveitar o poder de fogo superior que as forças militares portuguesas tinham, contrariando deste modo as vantagens do inimigo que resultavam da superioridade numérica e do melhor conhecimento do terreno e da maior mobilidade (Telo, 2004).

Tanto nas campanhas militares das regiões norte e centro de Moçambique, como na região sul de Moçambique, as forças militares portuguesas organizaram os seus dispositivos em colunas militares³¹ que eram constituídas normalmente com recurso a 2 ou 3 Batalhões de infantaria europeia, um batalhão de caçadores nativos, uma bateria de artilharia de montanha, um pelotão de cavalaria, um pelotão de engenharia, uma secção de polícia, uma secção do serviço de saúde, trens de combate e auxiliares³² (Botelho, 1936).

Em alguns casos, as companhias podiam ter ainda na sua constituição uma companhia expedicionária de marinha.

No entanto, o efetivo destas colunas podia variar consoante o objetivo a atingir. Normalmente estas detinham entre 700 a 900 militares na sua constituição (Telo, 2004).

Face ao tipo de inimigo e ao terreno diferente, os militares portugueses tiveram de adoptar novas formas para o emprego da tática do quadrado. Telo (2004, p.30)

³¹ Vide Anexo F formação de coluna e quadrado.

³² Unidades de tropas recrutadas localmente com ajuda se Régulos vassalos dos portugueses.

afirma que “se o inimigo, em vez de atacar o quadrado, o castigar com fogo próximo a partir de mato espesso, podia-se fazer avançar uma linha de atiradores e caso um ataque inimigo seja destroçado e este retire, podia-se fazer avançar uma linha de atiradores ou cavalaria”.

“Tudo isto exigia muita tenacidade na execução e métodos, muita energia e sobretudo grandes efetivos militares” (Selvagem, 1931, p.627).

Por carência de guias e intérpretes de confiança, as tropas portuguesas não efetuavam reconhecimentos, pelo que as marchas eram lentas, o que constituía risco de emboscada, que era habitual nestas regiões (Botelho, 1936).

Diferente do sul de Moçambique, a pacificação das regiões centro e norte exigiu aos portugueses uma maior mobilização de homens e meios (Pélissier, 2000).

4.4. Organização, Táticas e técnicas dos povos do centro e norte de Moçambique

Nas campanhas militares contra os namarrais, levadas a cabo por Mouzinho de Albuquerque na região norte de Moçambique, estima-se a existência duma aliança entre os povos daquela região. Uma parte dos guerreiros da região norte era constituída por desertores das forças militares portuguesas (Mattos, 2012).

Os povos da região norte de Moçambique procuravam combater o inimigo em regiões onde a água, a vegetação e a população tinham de ser utilizadas da melhor maneira para debilitar o seu inimigo. Essas são as razões do insucesso do quadrado português nesta região (Serra, 1983).

Os guerreiros desta região estavam organizados em diversos grupos extremamente hierarquizados, mas sem quartéis definidos (Mattos, 2012).

Durante os combates empregavam a surpresa de forma sistemática, isto é, depois de minuciosa preparação política e da mobilização geral de todos homens capazes de combater, ocultavam-se atrás das árvores e de vegetação densa, fazendo depois ações desestabilizadoras de guerrilha ao inimigo. Estavam equipados com armas de fogo, embora de má qualidade, de carregar pela boca. A pólvora era gasta ao desbarato, os seus chefes expunham-se pouco e, por este motivo, eram difíceis de capturar. Estimam-se em cerca de 3000 os guerreiros namarrais (Botelho, 1936).

A tática dos povos das regiões centro e norte de Moçambique era simples e tinha como base atrair o inimigo para longe das fontes de água ou dos charcos, disparava-se

sobre ele numa estreita betesga de vegetação e deixava-se que saísse para uma clareira onde uma muralha de fogo o envolvia, sem que os atiradores, abrigados por trás dos morros de termiteiras, se dessem a mostrar (Pélissier, 2000, p.261).

Esta coligação de resistência, constituída por diferentes chefes da região, tinha como objetivo a intensificação de ações organizadas e de ataques aos postos administrativos e militares portugueses (Mattos, 2012).

Diferentes dos povos do sul de Moçambique, os povos das regiões centro e norte utilizavam táticas e técnicas diferentes durante as lutas (Serra, 1983, p.67).

O mesmo autor afirma que “foram cinco as técnicas de combate nestas regiões de Moçambique: a) assédio e defesa de fortificações; b) afrontamento em campo aberto; c) surtida de surpresa no arraial do adversário ou de madrugada às povoações para colher inadvertido o inimigo; d) emboscada e e) terra queimada”.

4.5. As Campanhas Militares Portuguesas no Centro e Norte de Moçambique

4.5.1. Campanhas Militares contra a BSAC

Enquanto decorriam as negociações sobre a definição de fronteiras de Moçambique entre a Grã-Bretanha e Portugal, alguns incidentes ocorriam em simultâneo que obrigaram a organização de expedições militares para a defesa da soberania portuguesa na região do Alto Chire (Newitt, 1997).

Em 8 de novembro de 1889, uma missão de estudos portuguesa que se encontrava junto á foz do rio Chire, protegida por uma força comandada pelo major Serpa Pinto, foi inesperadamente atacada pelos guerreiros do Maluare, o chefe africano mais importante da região, Este havia sido instigado pelos ingleses da BSAC que pretendiam usurpar a área fronteiriça (EME,1970).

Serpa Pinto, após ser nomeado governador-geral, marchou novamente sobre Chire com uma reduzida força constituída na sua maioria por sipaios e auxiliares. A coluna foi atacada ainda longe do objetivo por guerreiros de Maluare que ostensivamente hasteavam a bandeira inglesa. O ataque foi repellido e a marcha continuou, já com a força reforçada com mais sipaios que se lhe tinham juntado.

Em 17 de novembro, tendo conseguido avançar 10 quilómetro sobre o principal centro de resistência do inimigo, a povoação fortificada de Chilomo, o governador-geral enviou João de Azevedo Coutinho em reconhecimento àquela povoação.

Assim, em 29 de novembro de 1890, as forças da BSAC marcharam do forte de Salisbury para Manica a fim de ocuparem esse distrito, prendendo alguns portugueses entre eles António Manuel de Sousa e Paiva de Andrade (Botelho, 1936).

Estes acontecimentos foram suficientes para determinar um movimento de pretexto, oferecendo-se numerosos voluntários para irem a Manica vingar a soberania nacional ultrajada naquele distrito, e ao mesmo tempo em vários pontos do país levantavam-se manifestações de desagrado contra a Grã-Bretanha.

De forma a dar resposta a estes acontecimentos, o governo português mandou reforçar a guarnição de Moçambique, enviando expedições militares.

Em 15 de dezembro do mesmo ano, enviou-se para Moçambique um batalhão de infantaria, com 458 praças e 17 oficiais, uma bateria da brigada de montanha, com 110 praças e 5 oficiais e uma companhia do regimento de artilharia 4, com um efetivo de 94 homens (EME, 1970).

O comandante desta expedição era o Tenente Coronel de Infantaria, Manuel de Azevedo Coutinho.

4.5.2. As Campanhas Militares no Prazo de Sena

O Capitão-Mor de Moçambique, Manuel António de Sousa, depois de ter sido posto em liberdade após a sua prisão pelos mandatários da BSAC, encontrou as suas terras revoltadas, tendo por fim morrido em combate contra um dos antigos capitães.

As populações de Sena recusavam-se a pagar impostos e juntaram-se a um dos capitães revoltosos, o Cambuemba (Lourenço et al., 1943).

Estes grupos atacaram em maio de 1897 um escaler que transportava de Tete para Quelimane dois canhões Hotchkiss, de que se apoderaram matando alguns dos tripulantes e aprisionando os restantes (Lourenço et al., 1943).

Deste modo, as forças militares portuguesas na região organizaram um destacamento expedicionário em 28 de junho de 1897, sob comando do primeiro Tenente João de Azevedo Coutinho, para fazer face à revolta dos povos da região.

A coluna partiu em 29 de junho levando um dispositivo diferente do adotado na região sul. Na frente iam dois grupos de forças irregulares, seguidos pelo comboio de víveres e munições, a guarda avançada, o comando da coluna, a artilharia, o grosso das forças regulares e a guarda da retaguarda (EME, 1970).

Para o reconhecimento, Coutinho destacou um corpo de 500 sipaios para Inharuca, a fim de vigiar os movimentos do inimigo do lado de Gorongosa, por forma a evitar ataques de surpresa (EME,1970).

As forças militares portuguesas atingiram Chemba em 9 de julho, tendo antes travado três combates. A esquadrilha por seu lado atacou destruindo os revoltosos que bateram em retirada para a praia. Até finais de agosto o êxito das forças de Coutinho tinha sido alcançado, mas a população da região continuava independente até o ano de 1902, quando se levou a cabo as campanhas de pacificação destes povos (Botelho, 1936).

Como refere (Cruz,2014b), apesar do êxito atingido, as forças militares portuguesas utilizadas nas campanhas não eram militares de profissão, sendo estas constituídas por voluntários, compelidos, refratários e degredados e mesmo os oficiais que deixavam muito a desejar quanto à disciplina, mas que inúmeras vezes se comportaram como heróis.

4.5.3. As Campanhas Militares Portuguesas no Barué

O Barué³³ é uma extensa área da região centro de Moçambique, limitada a norte pelos rios Luenha e Zambeze, a oeste pela Rodésia do norte e Rodésia do sul, a sul pelo rio Pungué e a leste pelos prazos dos Batonga (Lourenço et al., 1943).

As operações militares levadas a cabo pelos portugueses nesta região tinham como objetivo reestabelecer a autoridade perdida após a morte, do Capitão-Mor Manuel António de Sousa, que era considerado o senhor do Barué. Com a sua morte esta região ficou insubmissa (EME,1970).

Portanto, o governo português decretou a organização de colunas militares para reestabelecer a autoridade na região sob comando de Azevedo Coutinho.

O plano de operações pode sintetizar-se do seguinte modo: tomar como base de operações Sansa, daí tomando vale de Muira como linha de penetração, atacar o inimigo nos redutos de Misongue e Mungari, residências de dois dos principais régulos e para evitar que estes fossem auxiliados, isolar a região por meio de três colunas auxiliares

³³ Vide Anexo G Esboço do TO do Barué para a localização e compreensão do plano de operações.

que operariam nas fronteiras, a saber: uma a norte, junto ao rio Luenha, outra a oeste no Gorongosa e a terceira do lado de Macequece (Selvagem, 1931).

Assim vencida a resistência do inimigo nos seus principais baluartes, procurar-se-ia anular-lhe qualquer tentativa de resistência fazendo percorrer o país por colunas que impedissem qualquer vontade de organização. “Estas operações exigiam, porém, fortes efetivos e esplêndida organização”(Selvagem, 1931).

“A coluna militar era formada por tropas europeias e indígenas, num efetivo total de 720 homens distribuídos por uma bateria de artilharia, com seis peças e uma metralhadora Maxim, um pelotão de cavalaria, dois pelotões de infantaria e onze pelotões de infantaria indígena”(EME,1970).

Para reforçar as colunas organizou-se uma expedição composta por forças europeias e Landís, sendo o total do efetivo das forças militares vindas da metrópole de 427, das quais, eram 23 oficiais, 70 sargentos e 334 praças.

As operações iniciaram-se com reconhecimento às aringas³⁴ da Mafunda e Inhacafura. Este reconhecimento foi efetuado por dois pelotões europeus e quatro pelotões de infantaria indígena. Este reconhecimento foi seguido da ocupação das duas aringas sem resistência. Depois da ocupação, foi construído o primeiro forte de ocupação para garantir a soberania portuguesa na região (Selvagem,1931).

4.5.4. Campanhas contra os Namarrais

Tendo sido destruído o perigo vátua no sul, eram os distritos do norte que mais urgentemente reclamavam a mesma rigorosa ação militar. Nesta época, parafraseando (Pélissier, 2000a), anunciava-se o tempo dos Centuriões, liderados por uma geração de oficiais portugueses militaristas, e que alguns autores designaram “geração de 1895”, que se propunha ocupar a colónia recorrendo ao uso de armas.

O interior da ilha de Moçambique foi o escolhido por Mouzinho de Albuquerque³⁵ para iniciar a conquista. Em 1895 os povos aliados do norte de Moçambique efetuaram ataques permanentes sobre as posições portuguesas nas terras

³⁴ Aringa: campo fortificado de um prazo geralmente residência de um senhor de prazo ou qualquer fortificação importante (Pélissier, 2000a).

³⁵ Vide Apêndice B biografia dos protagonistas das campanhas de Moçambique

firmes, nomeadamente Ampapa, Infuse e Condúcia. No entanto, em junho de 1896, foram enviadas expedições “punitivas” aos namarraais (Pélissier, 2000a).

A expedição enviada era constituída por tropas da metrópole e da província, constituídas por 141 marinheiros, 39 artilheiros, 68 homens a cavalo, 181 homens de infantaria europeus, sendo mais tarde reforçados pela segunda expedição com cerca de 36 oficiais, 33 sargentos, 599 marinheiros e 450 soldados metropolitanos (Selvagem, 1931).

Apesar da sua aversão, de profissional, quanto á utilização de auxiliares locais, Mouzinho de Albuquerque aceitou o reforço de 440 auxiliares³⁶(Botelho, 1936).

“Os efetivos utilizados para pacificar esta região ultrapassavam os cerca de 1100 homens com 23 carros constituindo o maior efetivo mobilizado nestas campanhas”³⁷.

Durante a campanha, as forças militares portuguesas comandadas por Mouzinho de Albuquerque não só enfrentaram os Namarraais como também as forças aliadas de Farelai de Angoche, Marave de Sancul e o Capitão-Mor de Quitanhonga. Esta grande frente abalou a presença e as pretensões portuguesas de conquista da região até ao primeiro decénio do século XX (Botelho, 1936).

Nesta região foram travados os combates de Mujenga, Nagueima e Ibraimo.

Na sua progressão em 19 de outubro até às terras dos namarraais, as forças militares portuguesas comandadas por Mouzinho de Albuquerque e tendo como CEM Aires de Ornelas e conduzidas por guias Suaílis, foram cair numa emboscada em Mujenga³⁸, onde foram fustigados durante várias horas por um inimigo invisível. Praticamente cercados e sem água, os portugueses tiveram que se retirar para as terras firmes em 20 de Outubro, com algumas baixas, tendo Mouzinho de Albuquerque e alguns oficiais ficado feridos (Selvagem, 1931).

Apesar de tida como acto de heroísmo, a retirada das forças militares portuguesas foi uma estrondosa derrota e uma mancha para o seu prestígio, atendendo aos efetivos que constituíam a expedição (EME, 1970).

³⁶ Cfr [Mouzinho de Albuquerque] “*Relatório acerca das operações executadas desde 22 de outubro de 1896 a 6 de abril de 1897 e combate de Nagueima, Ibraimo e Mucuto-Muno*. Lisboa Imprensa Nacional.

³⁷ Cfr. [Mouzinho de Albuquerque]. Ministro dos negócios da marinha e Ultramar. *A campanha contra os Namarraes. Relatórios enviados ao ministério e secretário d’Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar pelo comissário Régio da província de Moçambique, 1897, pp.100 e 150.*

³⁸ Vide Anexo G esboço do Combate de Mujenga

4.5.5. As Campanhas do Niassa contra “Mataca”³⁹

Nos finais do século XVII, os ajauas já estavam organizados num grupo chefiado por “Atila Negro Nyambi”, o primeiro régulo Mataca. Pela tradição oral do povo da região, este régulo é que originou a dinastia dos Matacas que viria a “governar” a região do Niassa nos primeiros anos do século XIX (Cruz, 2014b).

A região da companhia do Niassa estava compreendida entre o rio Rovuma, Lugenda, Luchulungo e Luemba.

Por sua vez, os seus descendentes tornaram-se poderosos escravagistas, dominando toda a área da companhia do Niassa e estavam distribuídos nesta região em dois grupos:

- **Os Machiningas**, junto ao rio Lugenda;
- **Os Mazaningas**, junto do régulo Mataca.

Para fazer face a essa situação (Cruz, 2014b, p.262) refere que, “em 1889 tiveram lugar duas expedições militares destinadas a obter conhecimentos sobre a zona do lago Niassa.”

Estas expedições organizadas pela companhia do Niassa tinham como objetivo pacificar toda a região.

A primeira foi executada sob a orientação do engenheiro Pereira Ferraz, com a finalidade de estudar o acesso ao lago Niassa pelo rio Chire, e o escoamento natural daquele Lago, sendo este reconhecimento impedido pela tribo dos Macololos.

A segunda, com objetivo desconhecido, era constituída por 50 Landís armados de espingarda e 250 carregadores. Esta força estava mal preparada e mal dirigida para levar a cabo uma operação militar, tendo como resultado desta expedição sendo o massacre da expedição e a morte do seu comandante Tenente Valadim⁴⁰ (Cruz, 2014b).

Selvagem (1931) refere que António Enes, dois anos depois do massacre, tinha decretado a organização duma pequena expedição para ir às margens do Lago Niassa vingar a morte do Tenente Valadim e da sua expedição.

Só no ano de 1899, dez anos depois do massacre do tenente Valadim, o governador-geral de Moçambique organizou uma expedição comandada pelo major Sousa Machado, composta por uma bateria de artilharia de 6 peças, um pelotão de

³⁹ Mataca: título do chefe principal, ou sultão dos Ajauas na região da companhia do Niassa (Pélissier, 2000, p.499).

⁴⁰ Vide Apêndice B biografia de alguns protagonistas das campanhas de Moçambique.

cavalaria, uma companhia de infantaria, mais de 2.500 sipaios e um comboio transportando 3.300 carregadores (Lourenço et al., 1943).

Baseando-se num mapa recebido das viagens de O'Neill e outros exploradores da região entre 1890 e 1891, o comandante da coluna, Major Machado, escolheu o itinerário⁴¹ entre o rio Zambeze e a foz do rio Chire e navegando por este rio até Chilomo, antigo posto militar que constituiria a base de operações (Selvagem, 1931).

Em 6 de julho a coluna mista era constituída por uma companhia de Landís, um pelotão de cavalaria, uma bateria de 4 peças Gruson e cerca de 2800 sipaios, que embarcada em lanchas fretadas a particulares e escoltada pela esquadrilha de lanchas canhoneiras do governo, subiu o Zambeze até à foz do Chire, onde procedeu ao desembarque para continuar a marcha por terra em direção à base de operações de Chilomo (Cruz, 2014b).

A 24 de julho a coluna iniciou a marcha alcançando Milange quatro dias depois. No dia 9 de agosto a coluna alcançava Mecanhelas, junto ao lago Chirua, onde se travaram os primeiros combates (Selvagem, 1931).

A artilharia e a infantaria entraram em combate em 20 e 22 de agosto, tendo a coluna alcançado a Mentacula onde os combates foram mais violentos. Nas terras de Macoanjá (Cuamba) e no Inhama, travaram-se sucessivos combates com forças militares do Mataca, sem que estas conseguissem deter o avanço da coluna, mas a expedição sofreu perdas pesadas em todas as tentativas que o inimigo fez para impedir o seu avanço (Cruz, 2014).

Por fim, depois de alguns dias de descanso, a marcha de ocupação fez-se através das povoações dos régulos Chacuma e Chipota, até às terras do Zarafi, onde foram queimadas algumas povoações, por se terem recusado a prestar vassalagem.

Esta expedição caiu no vazio no que se refere ao seu objetivo, que era a submissão do régulo Mataca, pois na cidade deste ninguém foi encontrado. Em 1900, a companhia do Niassa, aproveitando a assolação em que o povo de Metarica ficara depois da expedição de 1899, construiu o forte D. Luís Filipe, em Métrica e instalou o posto de Meluluca (Cruz, 2014b).

Finalmente, em 1912, o governador da companhia do Niassa, Dr. Mata Dias, organizou e acompanhou uma coluna comandada pelo Capitão Pottier de Lima. A coluna era composta por 370 praças do corpo da polícia militar da companhia do

⁴¹ Vide Anexo I itinerário da expedição

Niassa, enquadrados por quadros metropolitanos e reforçados com 3 pelotões de forças regulares (Oliveira, 1993).

A coluna procedeu à ocupação efetiva dos territórios até ao lago Niassa.

Esta expedição foi positiva pois permitiu a abertura e reconhecimento de estradas que conduziam ao régulo de Cuamba, e como elemento de ocupação foi levantado o forte Carlos I (Selvagem, 1931).

Foi ainda levantado um forte em Muemba, na própria residência do Mataka. A coluna sujeitou definitivamente a região dominada pelo Mataka, levantando assim o Forte Tenente Valadim, em memória ao comandante da primeira expedição (Oliveira, 1993).

4.6. Síntese Conclusiva

As tentativas portuguesas de ocupação e pacificação de Moçambique, não foram um processo pacífico. Confrontaram-se as forças militares portuguesas com “guerrilheiros” que resistiram à ocupação dos seus territórios.

Nas duas regiões que acabámos de descrever e onde os portugueses desenvolveram as suas campanhas, verificamos que a sua organização e as táticas utilizadas para levar a cabo a ocupação eram diferentes das utilizadas na região sul de Moçambique, devido à diferente orografia e tipo de inimigo.

As campanhas militares desta época tinham como objetivo a ocupação militar. Esta ocupação era vista como a única forma de se conseguir um controlo efetivo e garantir a soberania portuguesa em Moçambique. Constatamos que para a pacificação se procuravam construir fortificações que constituíssem bases para operações futuras (Pelissier, 2000a).

Face ao terreno difícil e depois de formado o quadrado, as colunas que constituíam o dispositivo saíam em contra-ataques, geralmente através das cargas de cavalaria (EME, 1970).

A tática do quadrado que teve sucesso e conduziu à conquista e pacificação dos povos da região sul de Moçambique, não era aplicável. Tal facto obrigou os militares portugueses a adotarem novas formas de emprego do quadrado.

O desconhecimento do TO foi outro fator que dificultou a ocupação e pacificação dos povos das duas regiões de Moçambique.

Apesar de algumas vitórias registadas e a consequente ocupação e pacificação da região, Mouzinho de Albuquerque e as suas forças militares europeias mostraram-se mal preparados para derrotar a guerrilha das regiões centro e norte. Depois das campanhas, os efetivos europeus tendiam a diminuir devido a vários fatores, destacando-se entre muitos as doenças e a falta de auxiliares de confiança. Mesmo com o auxílio da Polícia militar da companhia do Niassa, a pacificação e ocupação da região levou mais de uma década (EME, 1970).

Capítulo 5

O início da Grande Guerra em Moçambique

5.1. Introdução

“ o soldado desconhecido de África é bem
mais desconhecido que o de Flandres.”
(Arrifes, 2004, p.27).

A campanha da África Oriental Portuguesa na GG foi conduzida sob condições que a tornam absolutamente única na história. Esta campanha foi conduzida contra as forças militares alemãs europeias e os seus Askaris⁴². A composição das tropas, seu armamento, e a natureza da colónia de Moçambique criaram grandes dificuldades aos comandantes militares.

As forças em operações distanciadas mais de 200 quilómetros dos quartéis gerais e com intervalos na linha a defender, de igual distância ou superiores, tiveram que conduzir as operações por sua iniciativa (Pires A.J., 1924).

O presente capítulo pretende dar a conhecer a organização, atuação e os desafios enfrentados pelas forças militares portuguesas no TO de Moçambique.⁴³

5.2. O Início da Grande Guerra em Moçambique

Portugal participou na GG em quatro grandes frentes: Angola, Moçambique, Flandres e no Mar. A participação portuguesa ao lado dos aliados contra a Alemanha teve como base dois desígnios que o justificam: a questão colonial e a questão europeia-peninsular (Rita, 2013).

⁴² Askari, nome dado ao soldado do exército colonial alemão África Oriental Alemã (Ostafrika) recrutado internamente na colónia (Pélissier, 2000a).

⁴³ Vide Apêndice C Efemérides da Grande Guerra em Moçambique.

Na tese colonial, considerava-se que o país entrava na guerra com objetivo de defender as suas colónias em África, porque estas mesmas eram cobiçadas por outras potências europeias devido ao seu grande proveito económico e estratégico (Teixeira, 1998).

A questão europeia e peninsular deveu-se ao fato de entrar na guerra com o objetivo de se afirmar como país independente da península ibérica e de modo a ter lugar no pacto das nações europeias (Teixeira, 1998).

A GG em Moçambique opôs forças militares da África Oriental Alemã (AOA)⁴⁴ contra as forças militares dos aliados.⁴⁵ Quando eclodiu a GG, Portugal manteve-se neutro e foi encorajado a fazê-lo pela Grã-Bretanha (Abecassis, 2014).

Em Portugal, a opinião pública era unanime quanto à participação portuguesa na GG no TO africano, justificando a sua legitimidade pela necessidade de conservar a soberania portuguesa nas colónias. Mas, quanto à participação na Europa, a opinião pública encontrava-se dividida (Teixeira, 1992).

Para garantir a defesa das colónias, foi aprovado em 18 de agosto de 1914 um decreto que mandava organizar expedições militares em reforço às guarnições de Angola e Moçambique (Oliveira, 1994).

Em Moçambique, o início das hostilidades é materializado pela tentativa das tropas alemãs, em 25 de agosto 1914 e sem justificação para tal, atacarem o Posto de Maziúá⁴⁶, localizado na região da fronteira entre Moçambique e a AOA, (Martins, 1938).

Como resposta, o governo português mandou organizar um destacamento expedicionário para reforçar a guarnição no norte de Moçambique. Este destacamento partiu de Lisboa em 11 de setembro no navio inglês “Durhan Castle”, tendo chegado a Porto Amélia em 1 de novembro (Selvagem, 1931).

A Alemanha declara guerra⁴⁷ a Portugal em 9 de Março de 1916, em virtude do aprisionamento de navios alemães nos portos portugueses, a pedido da Inglaterra em nome da aliança (Arrifes, 2004).

⁴⁴ As forças militares da África Oriental Alemã eram forças compostas por militares europeus e militares recrutados no interior da colónia alemã da África oriental.

⁴⁵ No início do século XX as grandes potências encontravam-se unidas em torno de duas alianças. A Entente Cordiale composta pela Grã-Bretanha, França, Rússia e Itália. No polo oposto a Triple Entente composta pela Alemanha, Áustria-Hungria, império Otomano e à Bulgária. (Oliveira, 1994, p.29).

⁴⁶ Maziúá era uma sentinela junto a foz do rio Rovuma (...) estaria colocado onde se situam hoje em dia, os postos fronteiriços de Candulo, do lado moçambicano, e Chamba do lado tanzaniano (Abecassis, 2014, p.38).

⁴⁷ Vide Apêndice D Declaração da Guerra enviada ao Ministro dos Negócios estrangeiros de Portugal.

A partir desta declaração de Guerra intensificam-se as atividades militares em Moçambique e consideram-se divididas em três fases operacionais (Oliveira, 1994):

- 1ª Fase, de abril a maio de 1916, que corresponde à reocupação de Quionga e à tentativa sem êxito da invasão do território alemão pelas forças militares portuguesas.
- 2ª Fase, de setembro a novembro de 1916, referente à invasão do território alemão pelos portugueses até Nevala, seguida de retirada.
- 3ª Fase, de 25 de novembro de 1917 a 28 de setembro de 1918, marcada pela invasão do território moçambicano até à região de Quelimane pelas forças militares alemãs.

Em relação às fases supracitadas iremos realizar o estudo da organização e atuação das forças militares nas duas primeiras fases.

5.3. Organização e atuação das forças Militares Alemãs

No TO da AOA, a Alemanha combateu em três frentes: a norte com a Bélgica e com a Inglaterra, a sul com Portugal. Até ao início da GG a Alemanha não tinha planos de defesa das suas colónias bem definidos, pois sempre teve em conta que as outras potências europeias com colónias em África nunca iriam desperdiçar forças militares e meios em combates naquele TO (Pires, 1924).

Assim, a Alemanha sentiu necessidade de melhorar os seus planos de defesa, apostando no uso de tropas indígenas devido à falta de efetivos provenientes da metrópole. Na AOA, esta potência apresentava um pensamento estratégico de defesa bem definido para poder fazer face à eventual ação militar resultante de um conflito na Europa (Arrifes, 2004).

“Antes da guerra as forças militares alemãs na AOA estavam organizadas em 14 companhias, que por vezes se agrupavam em 2 ou 3 unidades tipo batalhão, num efetivo total de 13.000 Askaris⁴⁸ e 3.100 tropas europeias, todas combatentes de primeira linha comandadas por Von Lettow Vorbeck” (Selvagem, 1931).

⁴⁸ Designação dada as forças militares alemãs recrutadas internamente na colónia, isto é, constituídas por Forças nativas da colónia geralmente recrutadas das tribos mais guerreiras da África Oriental Alemã (Selvagem, 1931).

Não havia unidades de artilharia, mas havia um grande número de peças e metralhadoras, 55mm e 56mm. Este material foi aumentado com o material que equipava o cruzador Koenisberg⁴⁹(Pires A, J, 1924).

Apesar de serem numericamente inferiores⁵⁰ em relação às forças aliadas, os alemães tinham como vantagem o conhecimento do terreno, uma vez que efetuavam a preparação militar das suas forças em solo africano (Cann, 2002) .

Os seus Askaris eram recrutados e seleccionados nas melhores tribos guerreiras da colónia, estavam bem treinados e armados, constituindo uma reserva a empregar em caso de necessidade. Eram forças imunes a doenças tropicais e com moral elevado (Pires, 1924).

A sua atuação em combate contra as forças militares portuguesas e aliadas, exaustas e mal preparadas, assentava numa superior mobilidade e independência. Utilizavam a tática da guerrilha, um emprego massivo das metralhadoras e das ações de reconhecimento, visando numa manobra de ação indireta atrair o inimigo, desgastá-lo e ocupar o máximo tempo (Arrifes, 2004).

Procuravam sempre obter a superioridade local nos pontos que lhes eram favoráveis, evitavam o combate decisivo, retiravam-se sempre que estivessem em desvantagem, concentrando-se para combater de forma implacável (Arrifes, 2004).

“Com esta forma de atuação os alemães além de forçarem os aliados a um esforço relativamente grande para alcançarem objetivos limitados, contribuíam para fixar e mesmo mobilizar recursos que já não seriam empregues em teatro europeu onde a luta se decidia” (Cann, 2002, p.367).

No que respeita ao armamento, os militares alemães estavam bem apetrechados e muito bem armados. Antes da declaração de guerra as 14 companhias, apesar de não terem na sua constituição unidades de artilharia, tinham cerca de 64 peças e 84 metralhadoras (Pires, 1924).

Com a declaração de guerra as companhias foram aumentadas para 66, tendo estas recebido ainda uma bateria de artilharia de Montanha e onze metralhadoras (Pires, 1924).

O armamento individual do soldado era a Mauser de 1877 de pólvora de fumo. Dispunham de boa artilharia, incluindo peças de navios de guerra que desmontavam e

⁴⁹ O navio detinha 4 peças de 10,5mm além dum considerável número de metralhadoras.

⁵⁰ (Pires A. J., 1924, p.30) refere que as forças militares alemães em África tinham um efetivo superior aos aliados, devido a capacidade que tinham de recrutamento na colónia.

utilizavam com êxito nos combates terrestres. Tinham as suas linhas de comunicação bem organizadas ao longo do rio Rovuma (Botelho, 1936).

Conservando os desígnios de combater os ingleses a norte, os alemães atacaram as linhas de caminho-de-ferro em 1915, o que lhes permitiu vantagens logísticas, designadamente, a captura de armamento moderno, munições e abastecimentos necessários.

5.4. Organização das Forças Militares Portuguesas

No início de 1914 a organização militar de Moçambique decorria do decreto de 14 de novembro de 1901. Porém, as unidades europeias estavam quase extintas por fatores económicos, e assim a guarnição da colónia limitava-se a um fraco esquadrão europeu e umas pequenas companhias indígenas sem instrução militar (Oliveira, 1994).

O afastamento dos TO de Angola e Moçambique obrigou desde logo ao transporte por via marítima de corpos expedicionários, material, munições e demais meios. Iguais dificuldades se verificavam devido à falta de indústria de guerra ou recursos capazes de satisfazer as necessidades dos efetivos durante as operações militares (Oliveira, 1994).

No início da GG, as forças expedicionárias portuguesas destacadas para Angola e Moçambique passaram despercebidas pela necessidade de se garantir que o deslocamento das mesmas por mar fosse seguro, de modo a evitar ataques inesperados das outras potências (Barbosa, 1917).

A organização militar naqueles TO era baseada em destacamentos constituídos pelas seguintes unidades com efetivo de guerra: um Batalhão de Infantaria, um esquadrão de Cavalaria, uma bateria de Artilharia de Montanha, serviços de saúde e administrativo (Oliveira, 1994).

As condições de clima aconselhavam ao máximo emprego de tropas autóctones, mas a impreparação e a deficiência do recrutamento local levou ao envio de destacamentos expedicionários a partir da Europa (Oliveira, 1994).

Assim, o primeiro destacamento expedicionário para Moçambique, sob comando do Coronel de Artilharia Massano de Amorim, era composto pela “4ª bateria de artilharia de montanha, 1º esquadrão de cavalaria 10, 3º Batalhão de Infantaria 15, serviços auxiliares de Engenharia, Administração Militar e de saúde, num total de 1.527

homens”, guarneceu a linha de fronteira com postos militares ao longo do Rovuma (Barbosa, 1917).

Este destacamento expedicionário não teve uma missão bem definida, sendo-lhe dada apenas a de guarnecer alguns pontos da fronteira norte da província de Moçambique (Rita, 2013).

Do primeiro destacamento expedicionário podia esperar-se que procedesse à ocupação de Quionga ou mesmo à invasão da colónia alemã. Mas a incapacidade operacional da expedição não o permitiu (Pélissier, 2000a). Apesar desta incapacidade, a expedição deixou para as expedições futuras alguns postos militares, construiu múltiplas dependências, abriu várias estradas e montou linhas telegráficas (Barbosa, 1918).

Dado o insucesso da primeira expedição, e com o objetivo de ocupar o triângulo de Quionga e avançar para a margem norte do Rovuma, Portugal enviou para Moçambique o segundo destacamento expedicionário em 14 de outubro de 1915, sob comando do Tenente Coronel de Artilharia Moura Mendes e acompanhado pelo governador-geral Álvaro de Castro, composto por “uma bateria de artilharia de montanha, um esquadrão de cavalaria, um batalhão de infantaria, uma bateria do grupo de metralhadoras, tropas de engenharia, saúde e administração militar, num total de 41 oficiais 1502 praças”(Martins, 1945).

Esta expedição apresentava os mesmos defeitos que a primeira, isto é, instrução deficiente, equipamento inadequado, fraco comando e péssimo apoio de serviços de saúde. Longos meses se passaram sem que as tropas tomassem qualquer iniciativa, praticamente paralisada pela época das chuvas e pelas doenças. Tal situação levou ao Governador-geral a afirmar que “o destacamento expedicionário de 1915 não estudou a situação militar na fronteira e não preparou a resposta a qualquer eventualidade que surgisse, a declaração de guerra encontrou-o absolutamente desprevenido na sua missão”(Afonso A, 2014).

A declaração de guerra da Alemanha, em 9 de março de 1916, permitiu a Álvaro de Castro estabelecer para as forças militares objetivos concretos. Em 10 de abril, a expedição procede à ocupação de Quionga, após a guarnição alemã ter abandonado a zona (Martins, 1945).

Depois de ocupar Quionga, a expedição recebeu a missão de cooperar com as tropas inglesas, com o fim de vencer as forças alemãs e conquistar uma pequena parcela da AOA. Para tal, organizou-se em maio de 1916 o terceiro destacamento

expedicionário para Moçambique. Esta expedição seria a mais forte de todas e era constituída por cerca de 4600 homens sob o comando do general Ferreira Gil e retomou os objetivos da expedição anterior (Aniceto, 2014).

Todos os destacamentos expedicionários enviados para as colónias foram mobilizados de “improviso”, sem obedecer a regras de mobilização. Os militares que constituíam as expedições tinham uma péssima preparação para as operações e identificavam-se falhas graves nos sistemas de sustentação da força, isto porque Portugal nunca teve um sistema que permitisse rapidamente reforçar as colónias com forças militares (Martins, 1945).

Face ao défice de sustentação das forças militares, Portugal reforçava as suas expedições por companhias indígenas recrutadas em Moçambique e outras enviadas de Angola. As companhias tinham pouca instrução e o seu armamento era constituído pela “velha Snider de Cartuchame com invólucros de cartão” (Pires, 1924).

O recrutamento nas colónias portuguesas teve que ser maciço, pois esses militares precisariam de longo período de treino para se adaptarem aos processos de guerra utilizados pelos alemães.

Durante as campanhas, Portugal iria enfrentar outros três grandes inimigos de peso, além das forças alemãs de Vorbeck:

- O clima e as condições sanitárias, principais causadores de baixas, mais do que o próprio combate;
- A desorganização e ineficácia do Estado quanto à preparação e ao envio de contingentes para reforçarem as expedições;
- Os King’s African Rifles britânicos, que se comportavam como verdadeiro exército de ocupação e inclusivamente sublevavam as populações contra os portugueses.

O emprego de solípedes estava condicionado à existência de água, já que a alimentação como regra era à base de forragens. Contudo, em muitas ocasiões a luta pela água no tempo seco, tanto para as tropas como para os animais, teve caráter prioritário e decisivo na condução das operações.

5.5. Operações Militares Portuguesas no Início da Grande Guerra

O objetivo de Portugal na guerra em Moçambique foi essencialmente combater as forças militares alemãs, recuperar a parcela já perdida do território de Quionga e cooperar com a passagem para a margem sul do Rovuma, território pertencente a AOA (Abecassis, 2014).

A ação ofensiva⁵¹ portuguesa começou com a realização de reconhecimentos na direção do território alemão. Esta ação permitiu a descoberta de um vau abandonado do Rovuma. Neste período, nas duas margens do rio Rovuma, a situação militar era de estreito contacto, sendo frequente a troca de tiros e a realização de ataques de surpresa e com audácia por parte dos alemães (Abecassis, 2014).

A ocupação de Quionga foi efetuada pelo destacamento pertencente à segunda expedição, comandado pelo Major Portugal da Silveira, que era constituído por: uma companhia de infantaria, uma bateria de artilharia de campanha, um pelotão de cavalaria, auxiliares e carregadores (Botelho, 1936).

Depois da ocupação de Quionga o objetivo português consistia na passagem do rio Rovuma e na ocupação de Nevala. Para atingir este ambicioso objetivo foram organizadas duas colunas entre 17 e 19 de setembro.

No dia 18 de setembro foi efetuada a primeira travessia do rio pela coluna de Nhica⁵². Esta coluna teve como missão efetuar uma manobra de diversão antes do ataque da coluna principal.

Em 19 de setembro, a coluna principal, comandada pelo General Ferreira Gil, atravessou o rio junto à foz pelos vaus de Namoto e Nacoa. Esta travessia foi facilitada porque os alemães já tinham abandonado os seus postos de defesa (Oliveira, 1994).

Com a travessia do rio efetuada e a base de operações provisória instalada, foi enviado um forte destacamento de reconhecimento para a povoação de Mikidani, para estabelecer ligação com as forças indígenas que a ocupavam e, no desejo de colaborar eficazmente com o comando britânico, a expedição estabeleceu uma linha telegráfica (Abecassis, 2014).

⁵¹ Vide Anexo J para identificar os principais pontos de ação das forças militares na fronteira.

⁵² Coluna de Nhica ou coluna negra era comandada pelo Capitão Severino Joaquim Gordo e era constituída por duas companhias indígenas, uma companhia de infantaria, uma bateria de metralhadoras com 4 armas, 2 peças de artilharia, um pelotão de infantaria montada, auxiliares e carregadores. (Oliveira, 1994).

Nevala, que constituía objetivo principal, encontrava-se num forte de alvenaria. Era considerado difícil de atacar por estar localizado num planalto, o que fazia deste forte um bom posto de observação. Portanto, a sua conquista tornava-se necessária e indispensável para proceder ao reconhecimento dos acessos, passando por Maúta (Oliveira, 1994).

As forças militares portuguesas⁵³ incumbidas de efetuar o reconhecimento foram emboscadas na noite de 4 de outubro em Maúta, sendo obrigadas a retirar e entrincheirar-se. Pela pressão dos alemães, e por falta de apoios, a força retira-se nessa noite para o posto de Nichichira, onde aguardam por reforços (Oliveira, 1994).

Apesar do fracasso dos reconhecimentos, tornava-se indispensável o avanço para Nevala. Deste modo, as forças restantes deste reconhecimento foram enviadas para reforçar a coluna de Massassi. Devido à falta de reconhecimento a marcha era lenta, e face à falta de poder agressivo das tropas, Ferreira Gil decidiu enviar novos reforços. Mesmo assim a coluna continuava inativa e sem progredir, devido às dificuldades no reabastecimento de víveres (Oliveira, 1994).

Em telegrama, o Governo de Lisboa afirmava que naquele momento “era preferível afrontar uma batalha difícil e perigosa do que ficar parado”(Abecassis, 2014, p.74).

Portanto, a coluna de Massassi reiniciou a marcha ao longo do rio Rovuma. No dia 22 de outubro dá-se o primeiro confronto com os alemães a sul de Nevala. Este confronto deu-se junto da ribeira e dos poços de água que defenderam, mas que tiveram que abandonar (Abecassis, 2014).

As forças portuguesas acabaram por constituir três colunas para atacar Nevala: a de Nangade, a de reconhecimento avançado e a principal. Este ataque foi coordenado com as forças militares britânicas que ocuparam a região de Mikindane (Abecassis, 2014).

No dia 26, depois de trocas de tiros de artilharia, os alemães abandonaram a região da ribeira, que imediatamente foi ocupada pelas forças militares portuguesas. Para perseguir o inimigo foram nomeadas duas companhias de infantaria, duas companhias indígenas, um pelotão de cavalaria e outro de infantaria montada. No dia 28 procederam ao reconhecimento do posto de Lulindi, que se encontrava abandonado. No

⁵³ Constituídas por três companhias indígenas, a 21ª(Capitão Curado), 24ª(capitão Demony) e 27ª, uma bateria de metralhadoras, auxiliares e carregadores (Oliveira, 1994).

entanto, os obstáculos colocados ao longo do itinerário impediram o avanço da coluna, cujo comandante decidiu regressar para Nevala (Pires, 1924).

Em 22 de novembro os alemães, com elevados efetivos e forte artilharia, atacaram as forças militares portuguesas que, após 12 horas de combate, retiraram de Nevala.

No dia 28 de novembro, uma coluna de socorro sob comando do capitão António Benedito de Azevedo parecia poder inverter a situação. Mas, após ter sido atacada de surpresa a 10 km do objetivo pelo inimigo, é obrigada a retirar sem entrar em ligação com a força de Nevala.

Nos primeiros dias de dezembro os alemães continuaram a sua ação ofensiva e reocuparam os seus postos, guarnecendo assim a fronteira e dificultando os movimentos ofensivos das forças militares portuguesas.

Em dezembro teve início a época das chuvas na região, subindo o nível das águas do Rovuma. Este fato obrigou à paragem das operações militares que só continuaram no ano seguinte (Oliveira, 1994).

5.6. Síntese Conclusiva

Portugal entrou na GG ao lado dos aliados. As razões que levaram Portugal a participar na guerra no TO africano deveram-se à necessidade de defender e garantir a integridade das suas colónias, que estavam ameaçadas pela existência de colónias alemãs junto às fronteiras. Outra razão que justifica a participação portuguesa na guerra diz respeito à necessidade de recuperar a pequena parcela do triângulo de Quionga, perdida em 1894 para os alemães.

Durante as campanhas militares ocorridas no período de 1914 a 1916, verificamos que Portugal enviou para Moçambique três destacamentos expedicionários.

Estes destacamentos não se adaptaram às condições do terreno e ao tipo de inimigo, devido à falta de preparação militar adequada. As forças militares que constituíam estes destacamentos foram mobilizadas “de improviso”, fato que levou à sua dificuldade de adaptação e que justificou a posterior incapacidade para fazer face às forças militares da AOA, que estavam bem preparadas.

Por sua vez, as forças militares da AOA estavam organizadas em companhias que por vezes se agrupavam em batalhões e que utilizavam a tática da guerrilha. Estas

forças eram recrutadas internamente na colónia e estavam imunes às doenças tropicais, o que levou ao sucesso nas operações.

Embora as forças militares portuguesas tenham alcançado o seu primeiro objetivo, recuperar Quionga, não conseguiram dar continuidade ao segundo objetivo que consistia em garantir a ocupação do sul da colónia alemã, por forma a colaborar com o esforço dos aliados que ocupavam o norte da AOA.

Capítulo 6

Conclusões e Recomendações

6.1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo estudar a organização e atuação das forças militares portuguesas nas campanhas militares portuguesas nas regiões Centro e Norte de Moçambique entre 1886 e 1916.

Para esse propósito, depois de termos exposto os acontecimentos na Europa e em África nesta época, estaremos aptos a apresentar resposta às perguntas derivadas e à pergunta de partida apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho.

Por fim iremos apresentar as propostas e recomendações para futuras investigações relacionadas com a temática, bem como as limitações encontradas durante a realização do trabalho.

6.2. Verificação das Hipóteses e resposta às perguntas Derivadas

A **PD 1** interroga o seguinte:

“Qual era a organização e atuação das forças militares portuguesas no centro e norte de Moçambique entre 1886 e 1916?”

Para esta pergunta surge a seguinte hipótese

H1: “As forças militares portuguesas no centro e norte de Moçambique durante as campanhas militares estavam organizadas em batalhões e durante os combates utilizavam a tática de quadrado”. A hipótese confirma-se. Ao longo do trabalho verificámos que as forças militares portuguesas tiveram de adoptar diferentes formas de organizações e atuação para garantir a pacificação e ocupação das regiões centro e norte de Moçambique. Deste modo podemos afirmar que as forças militares portuguesas, durante as campanhas de pacificação, organizaram-se em batalhões, constituídos por militares das armas de infantaria, cavalaria e artilharia. Durante as campanhas contra os povos de Moçambique, utilizavam a tática do quadrado que era adaptado às diversas

situações e ao tipo de inimigo. No início da GG, as forças militares portuguesas organizaram-se em destacamentos expedicionários constituídos por batalhões das diversas unidades da metrópole e sem nenhuma preparação militar que se adequasse as operações. Durante os combates organizavam-se em colunas militares.

A **PD2** interroga o seguinte:

Qual era a organização e atuação das forças militares alemãs no centro e norte de Moçambique durante esse período?

Surge a seguinte Hipótese H2:

H2: “As forças militares alemãs no norte de Moçambique estavam organizadas em companhias compostas por militares europeus e africanos e atuavam como forças de guerrilha”. A H2 confirma-se.

Importa acrescentar que, quanto à atuação das forças militares alemãs na região norte de Moçambique, esta assentava essencialmente numa superior mobilidade e independência. Estas forças utilizavam a tática da guerrilha, com um emprego massivo das metralhadoras e das ações de reconhecimento, visando, numa manobra de ação indireta, atrair o inimigo, desgasta-lo e ocupar o máximo tempo.

A **PD3** interroga o seguinte:

Qual era a organização e atuação das forças de resistência no centro e no norte de Moçambique?

A PD3 tem a seguinte Hipótese

H3: “As forças de resistência não tinham uma organização Militar definida. Atuavam como guerrilha utilizando a emboscada durante os combates”.

Esta hipótese confirma-se.

Os povos de Moçambique atuavam através da guerrilha usando a emboscada como principal forma de combate. As forças de resistência não tinham qualquer tipo de organização militar. Apesar de, na região norte de Moçambique, estarem organizados em pequenas coligações que tinham na base as ligações culturais dos povos da região.

A **PD4** interroga o seguinte:

Quais as razões que levaram Portugal a participar na grande guerra em Moçambique?

A PD4 tem a seguinte hipótese:

H4: “Portugal entrou na Grande Guerra para garantir a defesa de Moçambique”.

A hipótese confirma-se.

Importa acrescentar que Portugal entrou e participou na GG com dois objetivos: o de recuperar as áreas anteriormente invadidas pela Alemanha, Quionga e posto de Maziúia, e impedir o avanço das forças militares Alemãs para sul.

6.3. Resposta à Pergunta de Partida

Com base na investigação efetuada, consideramos que estão reunidas as condições para dar à resposta a pergunta de partida que norteou o presente TIA:

De que forma se organizaram e atuaram as forças militares portuguesas no centro e norte de Moçambique durante o período das campanhas militares entre 1886-1916?

Com a realização do trabalho verificámos que as forças militares adotaram diversas formas de organização e atuação durante as campanhas militares de pacificação, ocupação e na GG.

Nas campanhas militares de pacificação e ocupação ocorridas nas regiões centro e norte de Moçambique, as forças militares portuguesas organizaram-se ora em batalhões, ora em companhias, constituídas por militares vindos da metrópole e militares recrutados internamente na colónia de Moçambique. Os destacamentos vindos da metrópole eram constituídas por militares das armas de infantaria, artilharia e cavalaria.

Durante as campanhas de pacificação no centro e norte atuavam utilizando a tática do quadrado, por forma a aproveitar o poder de fogo contra efetivos numericamente superiores.

Com o início da GG, as forças militares portuguesas organizaram-se em destacamentos expedicionários. Esses destacamentos eram constituídos por batalhões de infantaria, artilharia e cavalaria e deslocavam-se em colunas militares para combater o inimigo da AOA. Por falta de meios de sustentação da força na colónia, Portugal reforçava os seus efetivos através do recrutamento interno na colónia.

6.4. Limitações da Investigação

O presente trabalho teve algumas limitações:

Primeiro deparámo-nos com uma variedade de documentos e publicações sobre as campanhas militares portuguesas, mas que pouco abordam sobre a organização tática e formas de atuação das forças militares portuguesas durante as campanhas de pacificação e ocupação das regiões centro e norte de Moçambique. Esta limitação foi ultrapassada devido a forma como foi abordado o trabalho desde o início, com ajuda dos funcionários do Arquivo Histórico Militar e Ultramarino, que demonstraram o seu conhecimento e disponibilidade em ajudar, o que facilitou a recolha e tratamento da informação.

A segunda limitação refere-se ao número limite de páginas, que embora ajude a desenvolver a capacidade de síntese, não permite expor minuciosamente alguns dados sobre as campanhas militares. Foi portanto necessário o remeter desses dados nos apêndices, sendo os mesmos referidos ao longo do trabalho.

6.5. Propostas e Sugestões

Para investigações futuras relacionadas com a história de Moçambique, propõe-se um estudo sobre a organização das forças militares portuguesas face às invasões alemãs de 1917 até ao fim da Grande Guerra no norte de Moçambique.

Sugere-se posteriormente que se avaliem as medidas adoptadas por Portugal, no final da Grande Guerra, ou seja no período entre as duas guerras mundiais, para a preservação das suas colónias em África.

Fontes

Arquivo Histórico Militar – *Documento relativo ao Combate de Mujenga de 1897. (Secção do Ultramar)*. Divisão- 2-7- cx 53- 4-1.

Arquivo Histórico Militar – *Fundo do século XIX, Governo-geral de Moçambique*, 1890, cx 8-145.

Arquivo Histórico Ultramarino/Instituto de Investigação Científica e Tropical (IICT) – “*Carta de Moçambique (1894)* ”.

Arquivo Histórico Ultramarino- SEMU-DGU *Correspondência dos governadores* (1890)

Centro de Investigação e Desenvolvimento Amílcar Cabral (s.d) *Efemérides relativos a primeira Guerra Mundial na África Portuguesa*. Lisboa: Autor.

Mouzinho de Albuquerque “*Relatório acerca das operações executadas desde 22 de outubro de 1896 a 6 de abril de 1897 e combate de Naguema, Ibraimo e Mucuto-Muno*”. Lisboa Imprensa Nacional.

Mouzinho de Albuquerque Ministro dos negócios da marinha e Ultramar. *A campanha contra os Namarraes. Relatórios enviados ao ministério e secretário d’Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar pelo comissário Régio da província de Moçambique, 1897, pp.100 e 150.*

Bibliografia

Abecassis, F. (2014). *A Grande Guerra Em Moçambique*. (Sociedade de Geografia de Lisboa, Ed.) (Sociedade). Lisboa.

Almeida, M. (2009). *A Pacificação de Moçambique no Final do Século XIX , à Luz da Velha Aliança* . Academia Militar.

Aniceto, A. (2014). Portugal na Grande Guerra. *Instituto de Defesa Nacional*, 1–6. Retirado, junho, 17, 2015 de [http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/PORTUGAL GRANDE GUERRA DE 1914-1918 - ANGOLA.pdf](http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/PORTUGAL%20GRANDE%20GUERRA%20DE%201914-1918%20-%20ANGOLA.pdf).

- Arrifes, M. F. (2004). *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa*. Lisboa: Edições Cosmos: Instituto da Defesa Nacional.
- Bacelar, S. (2000). *A GUERRA EM ÁFRICA 1961-1974: Estratégias Adoptadas pelas Forças Armadas*. Lisboa: Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto.
- Barbosa, E. A. A. (1917). *O nosso esforço militar em África*. Revista Militar 69 de 12 de dezembro, 836–843.
- Barbosa, E. A. A. (1918). *O nosso esforço militar em África*. Revista Milita 70 de 1 de janeiro, 21–26.
- Boahen, A. A. (2010). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*.
- Botelho, J. J. T. (1936). *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique: De 1833 aos nossos dias* (2^a ed.). Lisboa: Centro Tip.Colonial
- Cann, J. (2002). *Moçambique, África Oriental Alemã e a Grande Guerra*. Revista Militar 151, maio, 361-392.
- Coelho, A. (2014). *O expansionismo alemão em África*, Revista Militar 255, agosto, 365–392.
- Cruz, J. J. D. S. (2014a). *A Defesa de Moçambique. Sua evolução*. Revista Militar 2546, março 201–224.
- Cruz, J. J. D. S. (2014b). *O Niassa*. Revista de Artilharia, Revista de Artilharia 1067/1069, junho/setembro, 259–275.
- EME. (1970b). *Campanhas Ultramarinas do Passado: século XIX e princípios do Século XX* (2^a ed.). Lisboa: Cadernos militares
- Ferreira, C. L. da S. (2014). *A DOUTRINA E O TREINO MILITAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O Emprego de Forças terrestres na Primeira Guerra Mundial*. Revista de Ciências Militares, II, 61–84. Retirado, junho, 6, 2015 de http://www.iesm.pt/cisdi/revista/Artigos/Artigo_47.pdf.
- Ferreira, J. M. (1992). *Portugal na conferencia de paz..* Lisboa: Editora Quetzal
- Fortin, M. F. (2009). *O Processo de Investigação: Da concessão à realização* (5^a ed.). Loures: Lusociência-Edições técnicas e Científicas.
- Gozanga, A. H. N. e. (2011). *As Campanhas militares portuguesas durante a 1^a Guerra Mundial: O objectivo de recuperar Quionga e a passagem para a margem Norte do Rovuma*. Academia Militar.
- Guevara, G. (2006). *As relações entre Portugal e a Alemanha em torno de África: Finais do Século XIX e Inícios do Século XX*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

- Lamy, P. (2010). A Ocupação Colonial da África. Da conferência de Berlim à primeira Guerra Mundial. Retirado março,14,2015 de <http://5c912a4babb9d3d7cce1-6e2107136992060ccfd52e87c213fd32.r10.cf5.rackcdn.com/wp-content/files/Caderno16Africa.pdf>
- Lourenço, Valente, Moniz, , Ferraz & Machado (1943). *Missão Militar às colónias*. Lisboa: Ministério das colónias.
- Lousada, A. (2010). *o exército na transição da Monarquia para a República*. Lisboa.In *A Força Militar no periodo de Transição do Regime Politico(1910)*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Marracho, A. J. M. (2007). Ultimatum. *Proelium-Revista da Academia Militar*, maio, série VI, nº8, 171–190.
- Martins, F. (1938). *Portugal na Grande Guerra*. (1º ed.). Lisboa: Editorial Ática.
- Martins, F. (1945). *História do Exército Português*. Lisboa: Inquerito.
- Matos, L. (2003). *República: um “corpo com alma”*. Lisboa: Circulo de editores.
- Mattos, R. A. De. (2012). *AS Dimensões da Resistência em Angoche: da expansão do sultanato à política colonialista portuguesa no norte de Moçambique (1842-1910)*. Universidade de São Paulo.
- Mendes, J. M. A. (1993). *A história como ciência: fontes, metedologia e teorização*. (C. Editora, Ed.) (3ª ed.). Coimbra.
- Museu Militar do Porto. (2006). *O Homem, o Uniforme e a Arma* . Porto: Liga dos Amigos do Porto.
- Nunes, José (1955). *Mouzinho de Albuquerque, herói de África:achegas para uma biografia completa*. Lisboa.
- Newitt, M. (1997). *História de Moçambique*. Lisboa: europa-américa.
- Oliveira, G. A. N. R. (1993). *História Do Exército Português (1910-1945)* Lisboa: Estado Maior do Exército.
- Oliveira, G. A. N. R. (1994). *História do Exército Português (1910-1945)*. Lisboa: Estado Maior do Exército.
- Pélissier, R. (2000a). *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918* (3ª ed.). Lisboa: Editorial estampa.
- Pélissier, R. (2000b). *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918*. (3ª ed.). Lisboa: Editorial Estampa.
- Pires, A. J. (1924). *A Grande Guerra em Moçambique*. Porto: Companhia portuguesa.

- Quivy, R., & Campenhoudt, L. Van. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (6^a ed.). Lisboa: Gradiva.
- Rita, F. (2013). *A sombra do Expedicionário: A vida de soldados portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Porto: Fronteira do caos editores.
- Santos, A. V. (2007). *A questão africana e as relações Luso-Britânicas: 1884-1914*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Santos, G. A. dos. (2007). *O Desafio Português na Ocupação do Sul de Moçambique (1821-1897)*. Universidade de São Paulo.
- Sarmiento, Manuela (2013). *Metodologia Científica Para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíadas Editora.
- Selvagem, C. (1931). *Portugal Militar: compêndio de história militar e naval de Portugal desde as origens do Estado Portucalense até o fim da dinastia Bragança*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.
- Serra, C. (1983). *História da Arte Militar Moçambicana* (1^a ed.). Maputo: revista tempo.
- Sousa, & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer Investigação, Dissertações, teses e Relatórios* (4^a ed.). Lisboa: Pactor.
- Teixeira, N. S. (1992). *o Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa
- Teixeira, N. S. (1998). *Portugal e a Guerra: história de intervenções portuguesas nos grandes conflitos mundiais século XIX e XX*. Lisboa: Calibre editora.
- Telo, A. J. (2004). *Moçambique :1985 A campanha de todos os Heróis*. (Tribuna, Ed.). Lisboa: Tribuna Editora.
- Torres. (1968). *História Universal: Idade Moderna-Idade Contemporânea*. Porto: Editorial ASA.
- Ventura, A. (2006). *Batalhas da história de Portugal campanhas coloniais: Angola, Moçambique Guiné e Timor 1850-1925*. Lisboa: Circulo de Leitores.

Apêndices

Apêndice A

A Aliança entre a Alemanha e a Inglaterra

No final do século XIX vivia-se uma crescente rivalidade anglo-alemã na África do Sul e na baía de Lourenço Marques, fatos que levaram os políticos alemães a considerar que a única solução para evitar um conflito de interesses contrários entre a Alemanha e a Inglaterra seria uma divisão das colônias portuguesas (Guevara, 2006).

Na África do Sul, os ingleses viam com preocupação o perigo do apoio de Berlim a Transval. Se as duas repúblicas, a bóer e a alemã se aliassem numa aliança à qual Portugal se juntasse, o governo britânico ficaria com uma colônia isolada e perderia para sempre a sua supremacia na África Austral (Abecassis, 2014).

Face à situação das finanças Públicas, Portugal teve que recorrer a um pedido de empréstimo, dirigindo-se para esse efeito, em primeiro lugar, à sua aliada, a Inglaterra. Tendo conhecimento deste fato a Alemanha apressou-se a querer partilhar o crédito, que deveria ser pago com os direitos alfandegários das colônias portuguesas (Guevara, 2006).

Como afirma Abecassis (2014, p.25) “A Alemanha nunca fez segredo da ambição que alimentava sobre os territórios portugueses em África”. É neste contexto que surgem as negociações entre as duas potências para a partilha dos territórios portugueses, à margem de Portugal, negociações que culminaram num acordo em 1898.

Neste acordo, Angola na sua quase totalidade e a zona de Niassa em Moçambique ficariam para a Alemanha, e Moçambique e uma zona sul de Angola passariam para a posse de Inglaterra. Contudo, a ideia de partilha permaneceu na intenção daquelas potências com base apenas em negociações estratégicas entre os dois países sem ter em consideração aspetos éticos e legais (Abecassis, 2014).

Segundo a proposta da Inglaterra, a partilha seria aceite nos moldes definidos anteriormente, se a Alemanha condicionasse o seu reequipamento naval.

Assim as duas potências fizeram um novo acordo em 1913.

Este acordo em tudo semelhante ao acordo de 1898, apresentava as tentativas de partilha dos territórios portugueses que de algum modo foram goradas, tal fato foi devido a mudança de ministério em Inglaterra existindo atrasos burocráticos provocados por

pressões exteriores para a publicação do acordo, fazendo sobressair as diferentes posições tomadas entre a Inglaterra e a Alemanha (Abecassis, 2014).

Apêndice B

Biografia de protagonistas das campanhas de Moçambique

Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque

Nasceu em 11 de Novembro de 1855 na Quinta da Várzea, concelho de Batalha, distrito de Leiria.

Oriundo de uma família de figuras destacadas da política foi militar e governador-Geral e comissário régio da província de Moçambique. Filho de José Diogo de Mascarenhas Mouzinho de Albuquerque (Ventura, 2006).

Mouzinho concluiu o curso de cavalaria na escola do exército, tendo sido nomeado Alferes em 1878 da arma de cavalaria e atingindo o posto de Tenente Coronel em 1901. Na sua vida académica frequentou os cursos de Matemática e filosofia na Universidade de Coimbra (Ventura, 2006).

Em 1886 partiu para Índia como Capitão com a missão de fiscalizar o caminho – de-ferro de Mormugão (Nunes, J., 1955).

No entanto seriam as campanhas de África que lhe concederam um lugar de destaque na história portuguesa. Foi nomeado governador do distrito de Lourenço Marques em 10 de Junho de 1890. Deixou o cargo de administrador em 21 de Abril de 1894, regressou para Lisboa apresentando-se no ministério da Guerra (Nunes, J., 1955)

Em Dezembro do mesmo ano, é colocado no Regimento de lanceiros, em Elvas, para comandar o esquadrão de Lanceiros, que tinha como destino Lourenço Marques (Ventura, 2006).

Embarca para se juntar as forças expedicionárias em Lourenço Marques a 22 de Abril de 1895, onde destacou-se em combates decisivos de pacificação da região sul de Moçambique tais como Magul, Coolela (1895) e Coolela (1897), bem como na organização e comando das operações militares. A ação mais importante das suas expedições foi aquela que ocorreu em Chaimite, a 28 de Dezembro de 1895, quando conseguiu prender Gungunhana, o Imperador dos Vátuas (Ventura, 2006).

Em 1896 é nomeado para o cargo de Governador-geral da Província de Moçambique, e em 27 de Novembro do mesmo ano é nomeado comissário Régio e é promovido a Major por distinção.

Comandou nos anos de 1896 e 1897 as campanhas da região Norte de Moçambique, as campanhas contra os Namarrais, nomeadamente nos combates de Naguema e Mujenga (Nunes, J. 1955) .

Mouzinho voltou a Lisboa, onde suicida-se a 8 de Janeiro de 1902

António José Enes (1848-1901)

Nasceu a 15 de Agosto de 1848, em Lisboa, tendo falecido no dia 6 de Agosto de 1901 em Queluz. Foi político, administrador, escritor e dramaturgo português da época.

Fez a sua formação no colégio dos padres lazaristas, tendo depois ingressado no liceu onde foi diplomado no curso superior de letras (Telo, 2004).

Filiou-se no Partido Histórico e dirigiu várias publicações, entre as quais a gazeta do povo, o país e o Correio da Noite aos quais se junta O Dia, jornal por ele fundado em 1887 (Ventura, 2006).

Desempenhou ainda, as funções de Bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional de Lisboa e criou o curso de Bibliotecário-arquivista. Logo depois do Ultimatum Inglês de 1890, foi nomeado Ministro da Marinha e Ultramar, no governo presidido pelo General João Crisóstomo de Abreu e Sousa, onde desempenhou as funções por um ano (Ventura, 2006).

No ano de 1891, negociou as fronteiras da África oriental portuguesa com os Ingleses e posteriormente criou a companhia de Moçambique.

António Enes teve um desempenho importante nas colónias onde se destacam entre outras a modernização da administração colonial portuguesa em Moçambique, traçou e organizou a estratégia militar, mobilizou e dirigiu tanto a nível estratégico como logístico e politico as campanhas de pacificação e ocupação efectiva de Moçambique (Pélissier, 2000a).

Organizou a expedição de Mouzinho de Albuquerque contra o império de gaza que resultou na prisão do Imperador Gungunhana.

Juntou-se a um conjunto de Oficiais da sua geração, que ficaram conhecidos como “os africanistas”, que em 1895 iniciaram uma nova prática militar em África (Telo, 2004).

Alem de ter sido administrador e comissario Régio de Moçambique António Enes foi ainda Ministro de Portugal no Brasil e publicou alguns Livros que versam temas diversos e que são exemplos: Moçambique (1893) e a Guerra de Africa em 1895 (1896) (Ventura, 2006).

Tenente Eduardo Prieto Valadim (1865-1890)

Nasceu em 13 de junho de 1865 e faleceu em janeiro de 1890, filho de pai português e mãe espanhola. Frequentou o Colégio Militar tendo assentado praça como voluntário, no regimento de caçadores nº 2 na guarnição de Lisboa.

Frequentou a Escola do Exército, mas não terminou o curso que tinha escolhido e seguidamente aceitou o posto de alferes para o ultramar em 1884.

Embarcou para África Oriental Portuguesa em 1885. Já como oficial do Exército, percorreu toda a província Ultramarina de Moçambique. Em 1895 fez parte das forças militares de pacificação do império dos Vátuas no sul de Moçambique. Foi governador de Zanzibar, e fez parte das forças que tomaram a Baía de Tungue (zona de Quionga, no norte de Moçambique).

Em 1888 adoeceu e seguiu para Quelimane a bordo da canhoneira Quanza. Voltou a ilha de Moçambique, capital da província, devido a gravidade da sua doença.

Foi transferido para cidade de Cabo, na África do Sul, e depois para Lisboa a fim de receber tratamentos médicos. Em agosto de 1888 volta a Moçambique. Foi nomeado como chefe da missão de submissão do régulo Mataca, no interior da companhia do Niassa (Cruz, 2014).

Foi promovido a tenente em 13 de junho de 1889 condecorado pelos seus serviços de África, com grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

Em outubro do mesmo ano seguiu para Quelimane, acompanhado pelo aspirante de Alfândega de Moçambique, José Tomás de Almeida, com uma força de cinquenta Landís e duzentos e cinquenta carregadores contratados.

Esta expedição tinha como finalidade vassalizar o régulo Mataca na região do Niassa.

A expedição chegou no na região centro de Niassa nos finais de janeiro de 1890, tendo um fim trágico nas mãos de Mataka (Pélissier, 2000) .

Como afirma Pélissier (2000, p.354) “os oficiais portugueses foram chacinados e o Tenente Valadim foi degolado pelo Mataka”.

Apêndice C

Efemérides da Grande Guerra em Moçambique

18 de agosto de 1914 – Decreto mandando organizar duas expedições, considerando conveniente “nas circunstâncias do momento”, guarnecer alguns pontos fronteiriços do sul de Angola e norte de Moçambique.

24 de agosto de 1914 – Ataque dos Alemães ao posto português de Maziúia, sendo morto o Sargento Comandante do posto.

1 de novembro de 1914 – Chegada da 1ª expedição sob o comando do TCOR Massano de Amorim a Porto Amélia (Pemba), capital extinta da Companhia do Niassa.

15 de junho de 1915 – O Governador-geral de Moçambique transmite ao comandante da expedição que o governo tinha em vista recuperar Quionga e invadir a África Oriental alemã.

7 de novembro de 1915 – Desembarca em porto Amélia a 2ª expedição, comandada pelo Major Moura Mendes, com a finalidade de render a anterior.

9 de março de 1916 – A Alemanha declara guerra a Portugal.

10 de abril de 1916 – Ocupação de Quionga por um destacamento sob o comando de major Silveira.

27 de maio de 1916 – Tentativa da passagem do Rovuma, junto à foz, pela 2ª expedição reforçada com tropas da colónia e auxílio do cruzador “Adamastor” e canhoeira “Chaimite”.

5 de julho de 1916 – Desembarca em Palma a 3ª expedição, sob comando do general Ferreira Gil, incorporando a expedição anterior.

15 de agosto de 1916 - Reconhecimento dos vaus do Rovuma em Nhica, após um combate com uma patrulha alemã que foi repelida e perseguida.

18 de setembro de 1916 – uma coluna da 3ª expedição atravessa o rio Rovuma em Nhica, para desviar a atenção dos alemães da foz do rio.

19 de setembro de 1916 – O grosso da expedição comandada pelo general Gil, executa a passagem do Rovuma. Os portugueses ocupam a margem norte do baixo Rovuma.

4 de outubro de 1916 – Combate de Maúta, a leste de Nevala, retirando as tropas portuguesas para Nichichira.

6 de outubro de 1916 – Os alemães atacam Nichichira, sendo repelidos.

22 de outubro de 1916 – Os portugueses atacam e ocupam os poços junto a ribeira de Nevala, com as forças de um reconhecimento dirigido pelo CEM.

26 de outubro de 1916 – A “coluna de Massassi”, reforça o reconhecimento. Após tiroteio de artilharia, os alemães abandonam o fortim de Nevala, que é imediatamente ocupada pelos portugueses.

5 de novembro de 1916 – Os alemães atacam o posto de Maúta, mas retiram sem sucesso.

8 de novembro de 1916 – A “coluna de Massassi” em marcha sobre o seu objetivo, repele os alemães em Quiwambo, mas não prossegue devido a morte do major Leopoldo Silva, comandante da coluna.

19 de novembro de 1916 – Retirada da coluna de Massassi para Nevala.

22 de novembro de 1916 – As forças alemãs atacam Nevala e procedem ao seu investimento, depois de um renhido combate, apoderam-se dos poços.

28 de novembro de 1916 – combate da “coluna de socorro à Nevala” que sem sucesso retira para Maúta.

28 e 29 de novembro de 1916 – Os portugueses abandonam Nevala protegidos pelo nevoeiro, retiram para a margem sul do Rovuma.

1 de dezembro de 1916 – Os alemães bombardeiam Nengadi, onde os portugueses retiram-se.

3-7 de dezembro – ataques de patrulhas alemães nas regiões compreendidas entre Nengadi e Alto da Serra

Apêndice D

Declaração da Guerra⁵⁴

DE VON ROSEN AO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE
PORTUGAL

Senhor Ministro - Estou encarregado pelo meu alto governo de fazer a V.Ex.^a a declaração seguinte.

O governo Português apoiou, desde o começo da guerra, os inimigos do império alemão por actos contrários à neutralidade. Em quatro casos foi permitida a passagem de tropas inglesas por Moçambique. Foi proibido abastecer de carvão aos navios alemães. Aos navios de guerra ingleses foi permitida a larga permanência em portos portugueses, contraria à neutralidade, bem como ainda foi consentido que a Inglaterra utilizasse a ilha da Madeira como base naval. Canhões e material de guerra de diferentes espécies foram vendidos às potências da “Entente”, e além disso, à Inglaterra um destruidor de torpedeiros. O arquivo do vice-consulado imperial em Moçâmedes foi apreendido.

Além disso, foram enviadas expedições para África, e foi dito então abertamente que estas eram dirigidas contra a Alemanha.

O governador alemão do distrito, Dr. Schultze-Jena, bem como dois oficiais e algumas praças, em 19 de Outubro de 1914, na fronteira do sudoeste africano alemão e Angola, foram atraídos, por meio de um convite, a Naulila, e ali declarados presos sem motivo justificativo, e, como procurassem subtrair-se á prisão, foram em parte, mortos a tiro enquanto sobreviventes foram à força feitos prisioneiros.

Seguiram-se medidas de retorção da tropa colonial. A tropa colonial, isolada da Alemanha, procedeu na suposição, originada pelo acto português, de que Portugal se

⁵⁴ Toda a informação do Apêndice transcrita Cfr Oliveira,(1994). *História do Exército Português Vol.III* (pp. 303,304e305),

achava em estado de guerra com o império Alemão. O governo português fez representações por motivo das últimas ocorrências, sem todavia, se referir às primeiras. Nem sequer respondeu ao pedido que apresentamos de ser intermediário numa livre troca de telegramas em cifra com os nossos funcionários coloniais, para esclarecimento do estado da questão.

A imprensa e o parlamento, durante todo o decurso da guerra, entregaram-se a grosseiras ofensas ao povo alemão, com a complacência, mais ou menos notória, do governo português. O chefe do partido dos evolucionistas pronunciou na sessão do Congresso, de 23 de Novembro de 1914, na presença dos ministros portugueses, assim como na de diplomatas estrangeiros, graves insultos contra o imperador da Alemanha, sem que por parte do presidente da câmara, ou de algum dos ministros presentes, se seguisse um protesto. Às suas representações, o enviado imperial recebeu apenas a resposta que no boletim oficial das sessões não se encontrava a passagem em questão.

Contra estas ocorrências protestámos em cada um dos casos em especial, assim como por várias vezes apresentamos as mais sérias representações e tomámos o governo português o principal responsável por todas as consequências. Não se deu porém, nenhum remédio. Contudo o governo imperial, considerando com longanimidade a difícil situação de Portugal, evitou então tirar mais sérias consequências da atitude do governo português.

Por último, a 23 de Fevereiro de 1916, fundada num decreto do mesmo dia, sem que antes tivesse havido negociações, seguiu-se a apreensão dos navios alemães, sendo estes ocupados militarmente e as tripulações mandadas sair a bordo. Contra esta flagrante violação de direito protestou o governo Imperial e pediu que fosse levantada a apreensão dos navios.

O governo português não atendeu este pedido e procurou fundamentar o seu acto violento em considerações jurídicas. Delas tira a conclusão que os nossos navios imobilizados por motivo da guerra nos portos portugueses, em consequência desta imobilização, não estão sujeitos ao artigo 2º do tratado do comércio e navegação luso – alemão, mas sim à ilimitada soberania de Portugal e, portanto, ao ilimitado direito de apropriação do governo português, da mesma forma que qualquer outra propriedade existente no país. Além disso, opina o governo português ter procedido a dentro dos limites desse artigo, visto a requisição dos navios corresponder a uma urgente necessidade económica, e também no decreto de apropriação estar prevista uma indenização cujo total deveria mais tarde ser fixado.

Estas considerações aparecem como vazios subterfúgios. O artigo 2º do tratado de Comércio e Navegação refere-se a qualquer requisição de propriedade alemã em território português. Pode ainda assim haver dúvidas sobre a circunstância dos navios alemães se encontrarem pretendidamente imobilizados em portos portugueses modificou a situação de direito.

O governo português violou, porém, o citado artigo em dois sentidos, primeiramente não se mantém na requisição dentro dos limites traçados no tratado, pois o artigo 2º pressupõe a satisfação duma necessidade do Estado., enquanto a apreensão, como é notório, estendeu-se a um número de navios alemães em desproporção com o que era necessário para Portugal para suprir a falta de tonelagem. Mas, além disso, o mencionado artigo torna a apreensão dos navios dependentes dos navios dependente dum prévio acordo com os interessados sobre a indenização a conceder-lhes, enquanto o governo português nem sequer fez tentativa de se entender, quer directamente, quer por intermédio do governo alemão, com as companhias de navegação. Desta forma apresenta-se todo o procedimento do governo português como uma grave violação do Direito e do Tratado.

Por este procedimento o governo português deu a conhecer que se considera como vassalo da Inglaterra, que subordina todas as outras considerações de interesses e desejos

Anexos

Anexo A – Mapa Cor-de-Rosa



Figura nº 1- Mapa Cor -de-Rosa

Fonte: <http://www.africafederation.net/Rose-map.html>.

Anexo B - Mapa de África

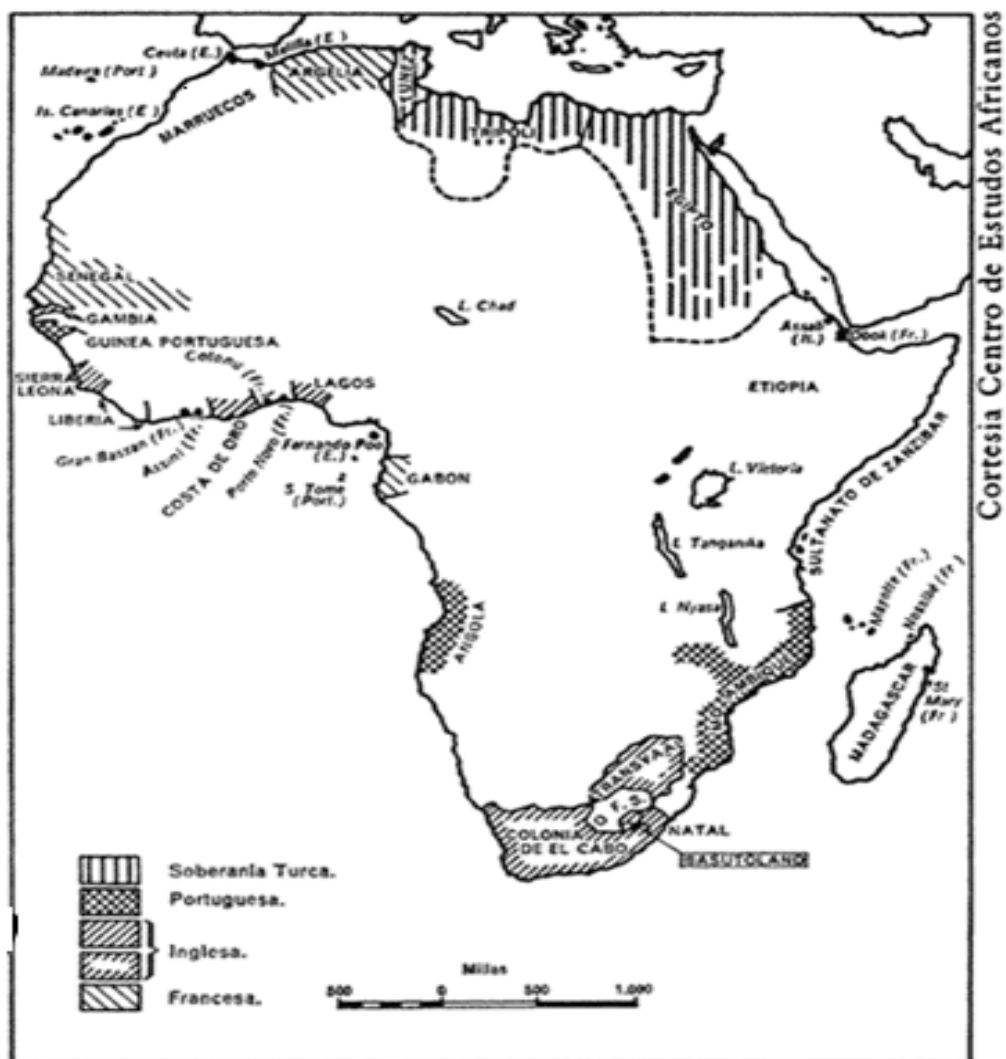


Figura nº 2 Mapa de África antes da Corrida para África

Fonte: <http://www.carlosduarte.ecn.br/brevehistoriaafrica.htm>

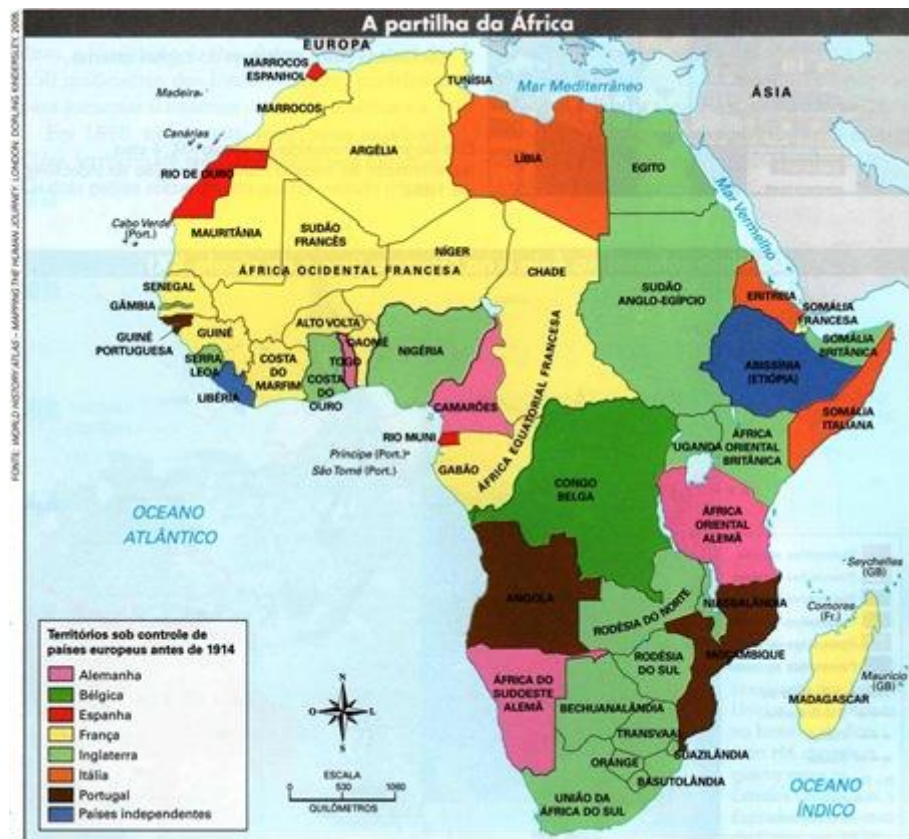


Figura nº 3 Mapa de África após a Conferência de Berlim

Fonte: [http:// www.lib.utexas.edu/maps/historical/history_africa.html](http://www.lib.utexas.edu/maps/historical/history_africa.html)

Anexo C - Convite enviado aos officias do regime monárquico

Ao Exercito e á Marinha

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa sauda as forças de terra e mar que com o povo instituíram a Republica para felicidade da Patria.

Confia no patriotismo de todos. E porque a Republica para todos é feita, espera que os officiaes do exercito e da armada, que não tomaram parte no movimento revolucionario, se apresentem no Quartel General a garantir pela sua honra a mais absoluta lealdade ao novo regimen.

No entretanto, os revolucionarios devem guardar todas as suas posições para defeza e consolidação da Republica.

Lisboa, 5 d'Outubro de 1910.

PELO GOVERNO PROVISORIO

O presidente, THEOPHILO BRAGA

Compacto e impresso nas Officinas da Imprensa Portuguesa

Figura nº 4 Convite enviado aos officias monárquicos

Fonte (Oliveira 1993)

Anexo D - Carta de Moçambique de 1894

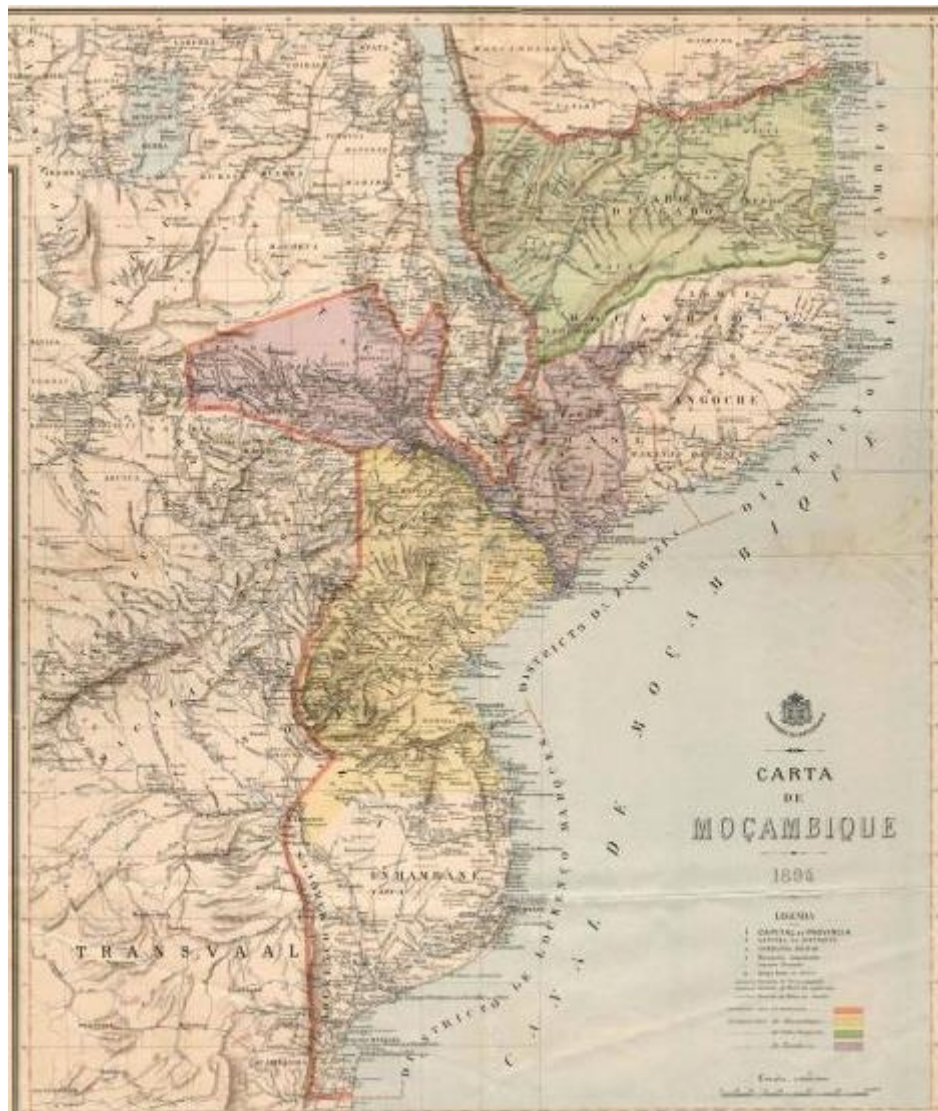


Figura nº 5 Carta de Moçambique em 1894

Fonte: AHM- SEMU-DGU Cx.6

Anexo E - Mapa Etnográfico de Moçambique nos finais do século XIX

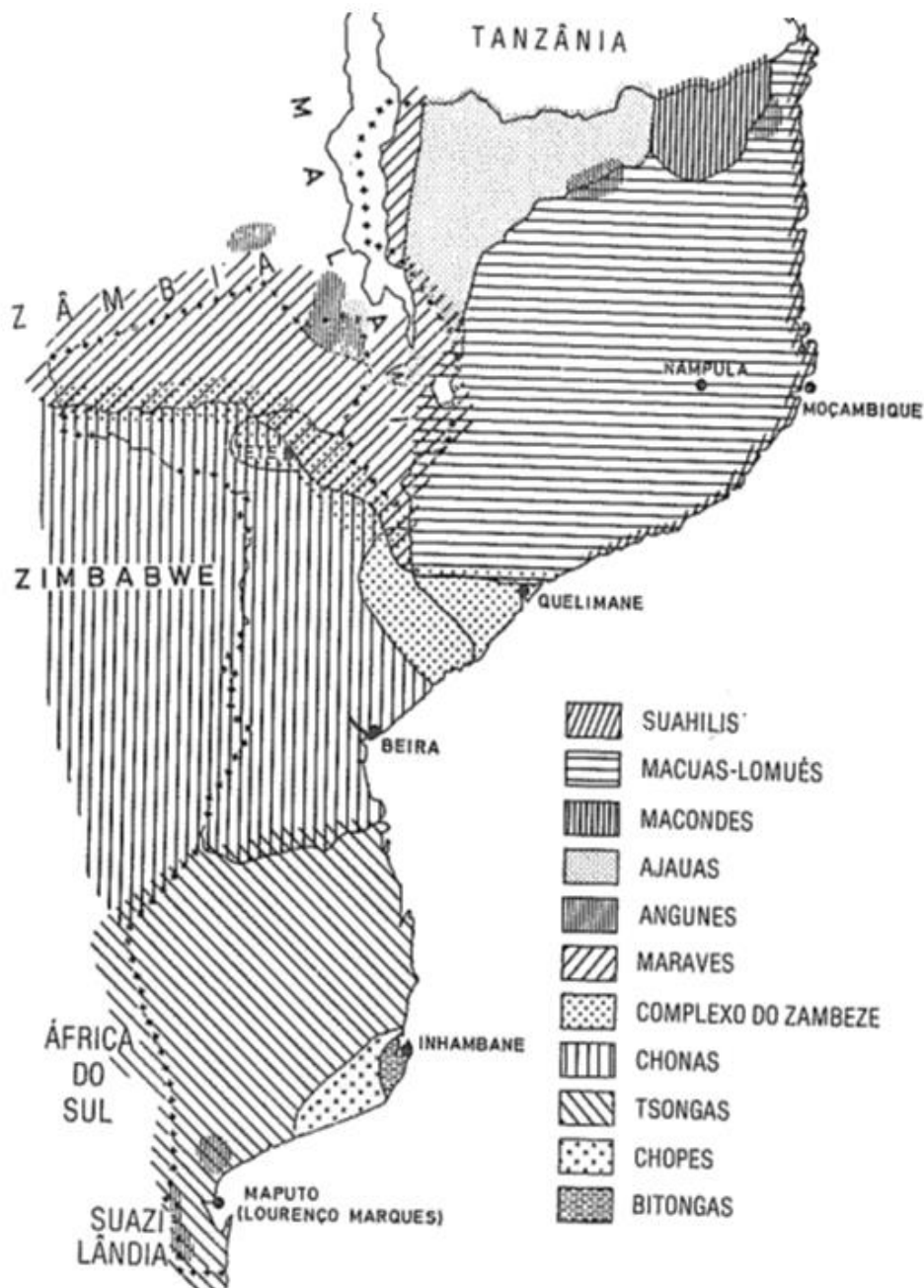


Figura nº 6 Mapa da Etnografia de Moçambique no início do século XX.

Fonte: (Pélissier, 2000)

Anexo F - Teatro de Operações do Barué



Figura nº 7 Esboço do Teatro de Operações do Barué

Fonte: (Botelho 1936)

Anexo G - Dispositivo das Forças Militares Portuguesas no combate de Mujenga



Figura nº 8 Itinerário da expedição contra Mataka em 1899

Fonte: AHM-DIV-2-7-53-4-1

Anexo - H Itinerário da Expedição do Niassa

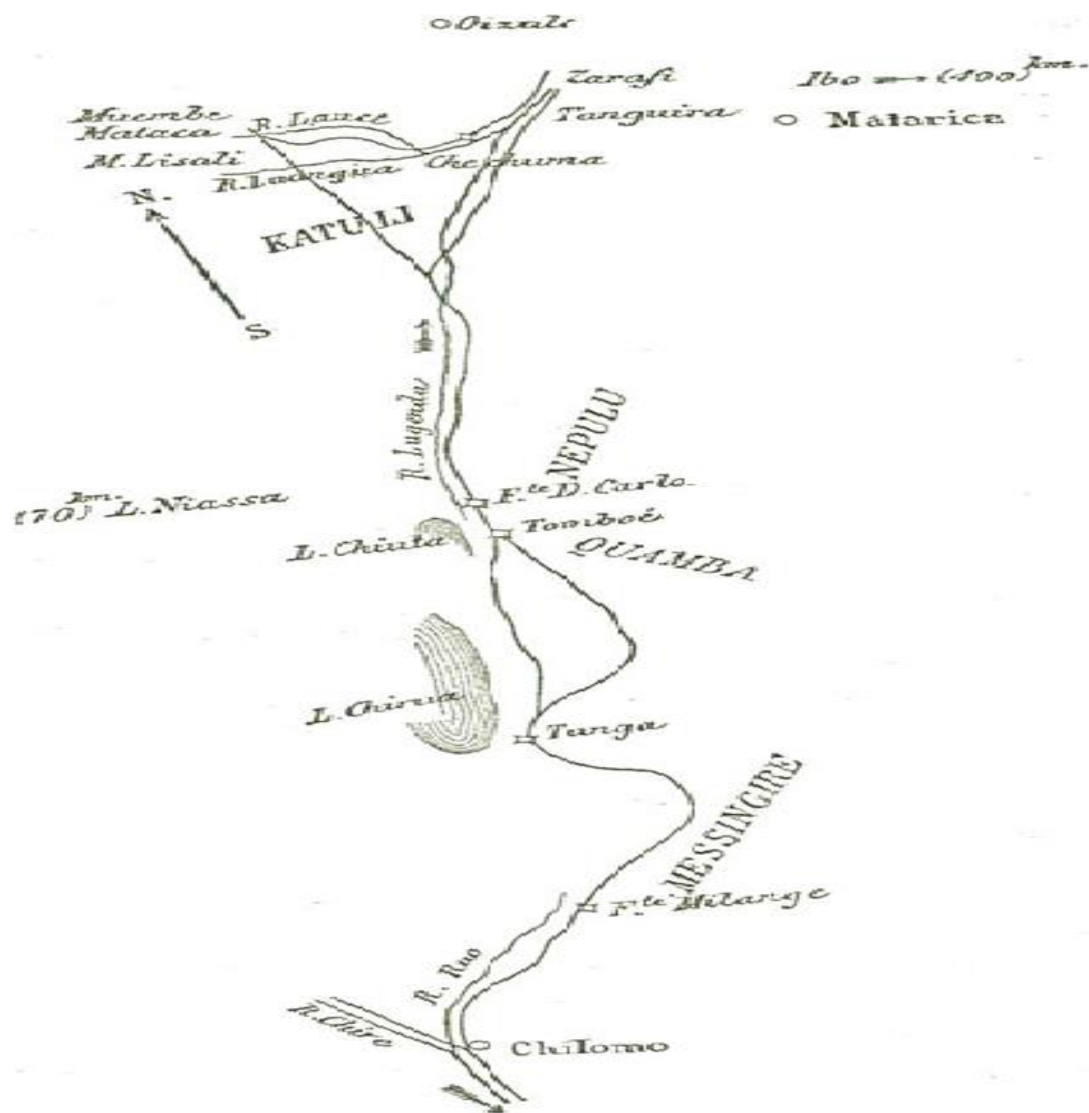


Figura nº 9 Esboço do quadrado no combate de Mujenga

Fonte: (Botelho 1936)

Anexo I - Teatro de Operações do Norte de Moçambique

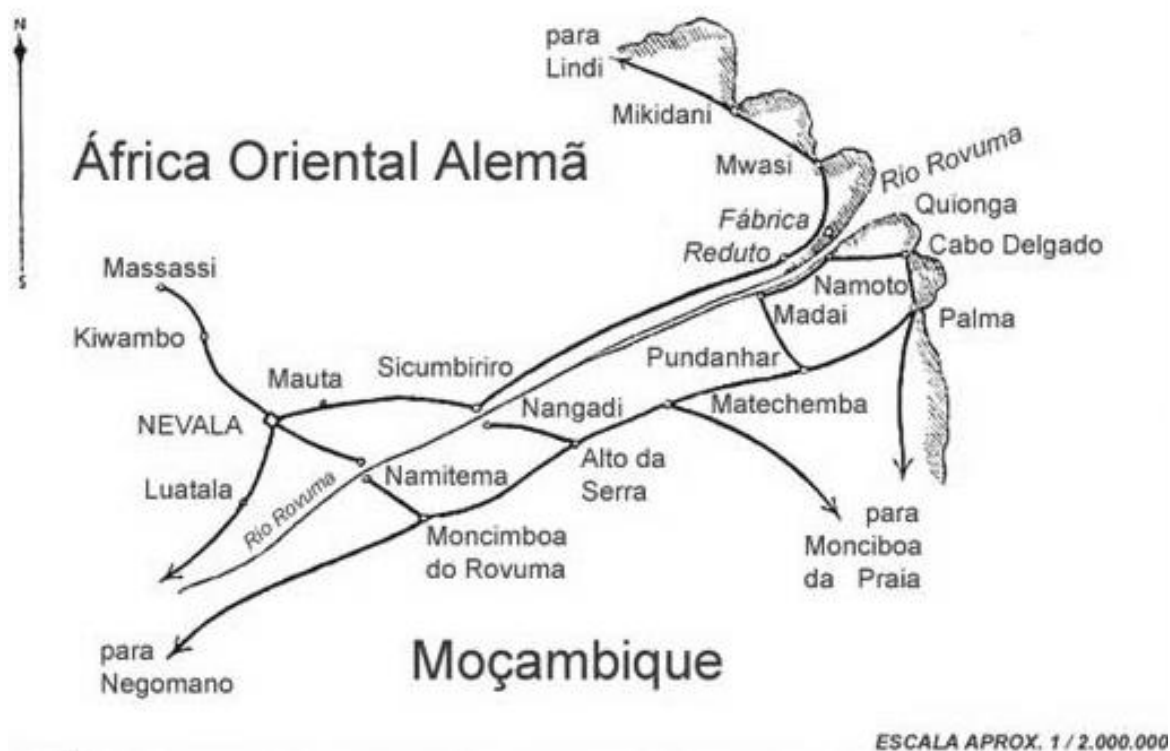


Figura nº 10 Esboço do Teatro de Operações das expedições de 1914- 1916

Fonte: http://www.momentosdehistória.com/MH_05_02Exercito.htm